

A PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA EM QUESTÃO¹

POLITICAL PROFESSIONALIZATION IN QUESTION

Michel Offerlé^{*2}

A gente se dá conta que já não é ministro quando se senta no banco de trás de um carro e ele não anda³.

A política não é uma profissão regulamentada⁴.

Introdução

O obituário de Claude Dilain⁵ e a homenagem prestada por Louis Mexandeau⁶ ao antecessor de Jérôme Cahuzac⁷, Marcel Garrouste, podem bem resumir, implicitamente, o estado atual da nossa relação com

os políticos. O primeiro é apresentado por Sylvie Zappi (2015), como:

A figura do eleito da periferia, o rosto de Clichy-sous-Bois, (...). O antigo prefeito socialista tornou-se um nome conhecido durante as manifestações e quebra-quebra que eclodiram

* École Normale Supérieure (ENS), Paris, França. E-mail: offerle@ens.fr.

1 NT: Tradução feita por Maurício Doré, com revisão de Igor Grill, do posfácio da segunda edição de *La profession politique* (Offerlé, 2017 [1999]), contendo ajustes e acréscimos para esta publicação realizados pelo autor em março de 2025. O autor deu mais detalhes sobre certos nomes e instituições da política francesa e atualizou parcialmente as referências bibliográficas. Ele também acrescentou várias passagens que remetem a trabalhos importantes publicados desde 2017.

2 Obrigado a Brigitte Le Grignou e a Etienne Ollion pela revisão e pelas sugestões úteis. Obrigado a Patrick Lehingue e Erik Neveu por me terem permitido ler e citar as suas estimulantes contribuições antes da sua publicação final.

3 Comentário atribuído a profissionais da política.

4 Emmanuel Macron, declaração proferida em Léognan, 27 de agosto de 2015.

5 Claude Dilain (1948-2015), filho de trabalhadores operários, médico pediatra, prefeito socialista (1995-2011) de uma cidade da periferia de Paris, entre as mais pobres da França; depois senador (2011-2015). Ele militou toda sua vida pelas condições de vida nas periferias.

6 Louis Mexandeau (1931-2023), professor de história, depois deputado socialista (1973-2022) e ministro em diversas ocasiões.

7 Nascido em 1952, Jérôme Cahuzac foi deputado socialista (1997-2002 e 2007-2013) e ministro de François Hollande. É conhecido pelo escândalo que leva seu nome e que o fez renunciar ao cargo de ministro extraordinário do orçamento, ligado ao ministério da Economia, e a ser expulso do PS em 2013; além disso, foi condenado por fraude fiscal e bancária e lavagem de dinheiro em 2018.

diram após a morte de Zyed Benna e Bouna Traoré, dois adolescentes eletrocutados num transformador após uma perseguição com agentes da polícia. Tornou-se um defensor incansável e intransigente da sua cidade e das periferias abandonadas. “5 a 6 milhões de pessoas vivem em condições indignas da República e do seu lema”, costumava repetir com a sua voz suave, mas determinada.

O segundo, que ainda está vivo, é descrito como “um verdadeiro socialista”, “um militante exemplar e discreto, como a maior parte dos militantes do nosso partido”, “tão modesto quanto convicto”, “um deputado discreto e assíduo. Era o oposto dos deputados extravagantes e ruidosos da *Salle des Quatre Colonnes*⁸, atraídos pelo menor sinal de uma câmara de TV”. O sucesso do Partido Socialista “despertou a cobiça e multiplicou o número de ‘oportunistas’ que andam à procura de concessões e prebendas. O que aconteceu com a força de convicção, da modéstia e da abnegação militante, qualidades fundamentais do nosso partido? Eram essas as qualidades de Marcel Garrouste”. Depois de fazer uma comparação com Cincinnati, Louis Mexandea – que assina como “antigo ministro, militante” – encerra a homenagem sublinhando: “Marcel Garrouste, puro produto da meritocracia republicana, conseguiu, tendo concluído apenas o ensino primário, chegar a diretor de hospital. Mais tarde, depois de ter cumprido todos os seus mandatos, com mais de 70 anos, preparou-se

e obteve uma *agrégation* em direito”⁹. Esse retrato, que espelha o de Jérôme Cahuzac, o “extravagante” deputado da 3ª circunscrição de Lot-et-Garonne e efêmero ministro das Finanças, poderia ser tratado como um relato autobiográfico em que o biógrafo é também o biografado (Offerlé, 1984); o tomaremos aqui apenas como sintoma e como uma descrição, por um ator afastado do jogo, do estado de degradação em que se encontra a profissão política vista de fora.

As características que foram identificadas nos estudos publicados em livro (Offerlé, 1999), há cerca de vinte anos, tornaram-se mais pronunciadas; e, tanto na França como em outros países, todos aqueles que contribuem para a produção da profissão política, das suas regras, práticas e representações, continuam contribuindo para essa degradação.

Em 2017, quando foi publicado uma nova edição do livro, preferi escrever um posfácio ao invés de reelaborar seu texto introdutório, certamente já datado, mas cujos elementos, que remontam aos anos 1990 ou anteriores, mereciam ser preservados, pois ainda persistem e, em alguns casos, se intensificaram. E porque davam profundidade histórica à reflexão sobre a profissionalização política.

Este posfácio buscou, sob a forma de síntese e de programa de pesquisa, fazer uma retrospectiva dos principais trabalhos sociológicos¹⁰ que refletiram, desde 1999 (quando lançamos a primeira versão da coletânea

8 [NT]: Sala das Quatro-Colunas, salão contíguo. Trata-se de um salão no interior da Assembleia Nacional, onde os deputados cruzam com a imprensa quando não estão em sessão.

9 *Libération*, 25 de abril de 2013. Contudo, não se trata de uma *agrégation*, que é um concurso para se tornar funcionário público ao qual um homem de 70 anos não poderia aspirar. Trata-se de tese de doutorado (Deffontaines, 1997).

10 Entre as obras recentes sobre a história da profissão, cabe citar: JOANA, 1999; LE MAREC, 2000; DREYFUS, 2000; DOMPNIER, 2002; VOILLIOT, 2005; DÉLOYE, 2006; OFFERLÉ, 2007; MONIER, 2007; Association des Archivistes Français, 2007; KARILA-COHEN, 2008, 2013; DÉLOYE; IHL, 2008; LE GALL, 2009,

sobre profissionalização política) até os dias atuais, sobre a questão da política como atividade profissional especializada no século XXI, sobre as críticas que têm sido feitas à sociologia da profissão política e sobre os caminhos alternativos que nos permitiriam ir mais longe na sociologia do trabalho político. A sociologia das comitivas e equipes de assessores de políticos¹¹ – tanto privadas como profissionais – é essencial se quisermos dar conta das condições concretas, materiais e emocionais de funcionamento das muitas empresas políticas e das formas com que seus dirigentes acumulam e preservam capitais – econômico, cultural, social, simbólico – e, conseqüentemente, capital político. É igualmente necessário analisar de que forma a diversificação dos ofícios da política impacta em novas modalidades de profissionalização e de profissionalismo político.

Os trabalhos sobre a profissão política não devem ignorar a retomada do interesse pela sociografia dos políticos. Uma sociografia ampla, mas politicamente orientada, sobretudo em torno da paridade de gênero e da diversidade (e, mais recentemente, em torno da idade), tem dado lugar a mobilizações significativas que, no entanto, não obscurecem a multiplicidade de denúncias que sobrecarregam quotidianamente os profissionais e as instituições que perpetuam a sua onipotência, os partidos políticos como lugar de transações entre os mais profissionais da profissão. Mais uma razão

para concluir com uma retomada do conceito de capital político, que nos permite compreender, por comparação, as estruturas perenes da política “à francesa” e do campo político francês.

Ao longo deste texto, tentaremos evitar cair na armadilha da generalização e das denúncias do tipo “são todos iguais”, “são todos corruptos”, ou mesmo da “fragmentação” generalizada da política. O primeiro reflexo sociologicamente salutar em relação ao espírito do nosso tempo é considerar que não existe um político que possa resumir todos os políticos. O que esses atores¹², diversamente profissionalizados, investem em diferentes locais do(s) campo(s) político(s) são *habitus* (isto é, uma história pessoal, uma trajetória e capitais) que, embora condicionados pelas regras do jogo político, não são menos díspares na forma como assumem os papéis da política.

Mencionaremos apenas uma outra forma de profissionalização, profunda mas mais silenciosa, que afeta todas as profissões municipais (e mais amplamente a gestão territorial), uma vez que a mudança das estruturas municipais (descentralização e crescimento das associações e consórcios intermunicipais¹³) transformou os papéis dos dirigentes municipais; e, ainda, as competências (ditas de gestão e/ou de direção, de excelência profissional) e as disponibilidades biográficas que lhes estão associadas também sofreram mudanças significativas.

2011; MARTY, 2012; BELLANGER; MISCHI, 2013; ROUSSELIÉ, 2015; COHEN, 2013; EYMERI-DOUZANS *et al.*, 2015, COHEN, LACROIX; RIUTORT, 2025 [2009], OLLION; BOELAERT; MICHON, 2017; OLLION, 2021. Ver ainda: *XIXe-XXe siècles, Genèses*, 2007/67 e 2007/68, *Genèses*.

11 NT: No original, *sociologie des entourages*.

12 Cf: GAXIE; LEHINGUE, 1984; GARRAUD, 1989; FONTAINE; LE BART, 1994; FAURE, 1994; LE LIDEC, 2001; LE BART, 2003; LAGROYE; LEHINGUE; SAWICKI, 2005; KOEBEL, 2006; VIGNON, 2009; BARONE; TROUPEL, 2010.

13 A França conta com um número importante de municípios (aproximadamente 35.000), pequenos na sua maioria. Os arranjos intermunicipais reúnem municípios pequenos em torno de um maior para cooperarem em objetos comuns.

As formas locais de “amadorismo político” são muito diversificadas e alguns políticos chegam a se dedicar integralmente aos seus mandatos “vivendo” dos seus subsídios acumulados¹⁴. Consequentemente, houve uma mudança no perfil daqueles que ocupam esses cargos (com uma forte diminuição do número de prefeitos agricultores e artesãos¹⁵, e um aumento do número de prefeitos com ensino superior). Como escreve Sébastien Vignon, os “pequenos” eleitos, procuram, assim como os grandes, evitar o estigma de profissionais; a habilidade deles “consiste mais geralmente em evitar apresentar-se como políticos ‘profissionais’ para não manchar a sua legitimidade aos olhos dos eleitores, utilizando ao mesmo tempo os meandros do sistema de decisão intermunicipal para afirmar o seu poder municipal” (Vignon, 2010a). Afirma ainda: “Os eleitos dos pequenos municípios já não podem ser considerados como um grupo homogêneo de ‘amadores’ políticos, como os estudos sobre os profissionais da política têm por vezes implicitamente sugerido” (Vignon, 2010b). Por isso, trataremos aqui de profissionalização no plural, para deixar claro que aqueles que vivem para a política não vivem todos para ela da mesma maneira; e para salientar as transformações da profissionalização, que atualmente se refere não só a uma carreira longa e contínua (viver para e da política), mas também a uma atividade profissional exclusiva desde o fim

dos (eventuais) estudos desses “profissionais da profissão” (viver-toda-a-vida-para-para-e-da-política).

1. Tendências recentes no estudo da profissão política

Essas novas tendências podem se manifestar em diferentes direções complementares. Os sociólogos das profissões, das elites e do trabalho investiram nesse espaço de pesquisa e permitiram, assim, abrir caminhos para a compreensão de fundamentos materiais contundentes e de modalidades práticas eficazes. Não podemos concebê-los sem levar em consideração as transformações contemporâneas da profissionalização dos “profissionais da profissão” e de suas redes – públicas e privadas – e de todos os *métiers* que lhes são próximos, agora incontornáveis, para tornar possível essa atividade.

1.1. Os profissionais da política são profissionais no sentido da sociologia das profissões?

Como frisamos anteriormente (Offerlé, 1999), o termo profissão dificilmente pode ser utilizado no seu sentido sociológico para objetivar a “profissão política”. Num artigo publicado em 1964, Harold L. Wilensky observa que estava na moda atribuir as qualidades de profissão a uma vasta gama de ocupações. A especialização, a proliferação

14 Em alguns casos, o acúmulo de mandatos eletivos é proibido na França. Mas os “políticos pequenos” podem acumular vários pequenos mandatos que lhes permitem, graças às indenizações que recebem, não precisar se dedicar a um trabalho para além do político.

15 NT: Artesão, literalmente. Categoria socio profissional que reúne pessoas física e jurídicas que empreguem até 10 pessoas e que exerçam a título principal ou secundário, “uma atividade profissional independente de produção, transformação, reparação ou prestação de serviços” que figurem em uma lista publicada por decreto pelo Conselho de Estado (Artisanat..., s/d). A utilização do título de “artesão” é condicionada à comprovação de qualificações profissionais e ao reconhecimento oficial pela “câmara dos ofícios e artesanato” (<https://www.economie.gouv.fr/dgcrf/les-fiches-pratiques/artisan>).

de normas de trabalho e o desenvolvimento do setor de serviços conduziam a essa situação. Revisando os critérios que os sociólogos norte-americanos dos anos 1950 e 1960 exigiam de uma atividade para que ela pudesse ser considerada uma profissão, esse autor constatou que poucas atividades então emergentes podiam satisfazer os critérios de reconhecimento profissional (Wilensky, 1964).

Em nenhum momento o termo profissão/profissional da política é mencionado no artigo¹⁶. Embora alguns dos critérios habituais propostos pelos sociólogos das profissões pudessem incitar-nos a fazer o teste (especialização e estabelecimento de fronteiras em relação aos leigos, autonomia na fixação de uma deontologia, pretensão de servir a um interesse geral), o termo é utilizado sem ser assumido por aqueles que se dedicam à política (Lehingue, 2019).

De um ponto de vista sociológico, a questão da profissionalização/profissionalidade ambígua e por vezes intermitente das “ocupações” políticas deu origem a pesquisas sobre o trabalho político – sua definição, aprendizagem, materialidade, conhecimentos partilhados ou “sigilosos” (Hughes, 1987 [1971]), suas práticas, sua “jurisdição” (Abbott, 1988), sua delimitação e seus papéis (Lagroye, 1994, 1997)¹⁷ – que os representantes podem assumir. Esse trabalho envolve também muito tempo gasto em atividades que não são “necessariamente políticas”.

A função do político não é apresentada, de modo algum, como sendo um trabalho, mas uma vocação, uma função social, uma resposta a um chamado interior para servir outros cidadãos¹⁸. Essa questão também incitou os pesquisadores a indagar a respeito da reivindicação do monopólio da manipulação dos bens políticos, aspirada pelos políticos profissionais. Didier Demazière e Patrick Le Lidec, baseando-se nos clássicos de Everett Hughes *Work and The Self* (1951) e *Licence and Mandate* (1958)¹⁹, no entendimento do trabalho político como um trabalho ordinário (Le Lidec, 2001, 2008b; Demazière; Le Lidec, 2008, 2014) – isto é, um trabalho como qualquer outro –, pretendem ir além das auto-definições nativas para impulsionar um programa de pesquisa. Nessa linha, afirmam Demazière e Gadea (2009, p. 19):

Os profissionais da política não formam um conjunto codificado fechado, protegido e controlado: menos do que uma profissão, assemelham-se a um grupo profissional, ou seja, uma comunidade aberta e em constante transformação, vulnerável e instável, heterogênea e facetada.

Concluem ainda Demazière e Le Lidec (2014, p. 25) que, quando analisado à luz da sociologia das profissões, o trabalho realizado pelos “trabalhadores políticos” aparece como “fluido ou plástico”:

16 Nem na maior parte das referências clássicas da sociologia das profissões o termo profissão/profissional da política é mencionado, como em CHAPOULIE, 1973; SARFATTI, 1977; ABBOTT, 1988. Os sociólogos das profissões só recentemente se interessaram por esse tema: DEMAZIÈRE; GADÉA, 2009.

17 Cf. também LAGROYE, 2003; LAGROYE; OFFERLÉ, 2011; LE BART, 1999; AGRIKOLIANSKY; HEURTEAUX; LE GRIGNOU, 2011; FERTIKH; BUÉ; HAUCHECORNE, 2015; OFFERLÉ, 2015a.

18 Em um colóquio sobre os arquivos pessoais de políticos, Pierre Joxe e Robert Badinter rejeitaram vigorosamente o rótulo de político profissional.

19 HUGHES [1951], 1996. Textos recolhidos e apresentados por Jean-Michel Chapoulie, 1996.

[...] não se cristaliza numa jurisdição com limites precisos; não se organiza numa especialização de papéis codificados e estabilizados; não é apoiado por conhecimentos explícitos que fundam um profissionalismo incontestado; não é legitimamente monopolizado por uma categoria de atores que estabelecem as regras da sua atividade. Mas o trabalho político é uma atividade coletiva, que se configura de maneira distinta no interior de coletivos híbridos, eles próprios com propriedades variáveis.

1.2. A opção pela sociologia das elites

O interesse pela sociologia das elites (Higley; Burton, 2006; Higley, 2010; Genieys, 2011) também ressurgiu entre os pesquisadores. Foram publicados manuais de sínteses, o seminal *A Elite do Poder* (Mills, 2012) foi reeditado com um prefácio de François Denord e pesquisadores em torno de Denord reelaboraram o conceito de campo do poder com base no *Who's Who*, focalizando, na França, o clube *Le Siècle* como local de encontro, fortalecimento e reconhecimento de diferentes elites. Nem todos os políticos profissionais fazem parte da elite nacional, longe disso; muitos deles exercem a sua profissão política como personalidades locais e suas ligações com o campo central do poder são fracas ou inexistentes. Outros vivem mais para a política do que da política.

Tal como François Denord e equipe²⁰ demonstraram, análises em termos de “campos do poder” (Bourdieu, 1989) e “elites do poder” (Mills, 2012) nos permitem, em primeiro lugar, insistir na estrutura do sistema de posições que confere aos indivíduos as suas propriedades. Essa dupla abordagem nos convida a investigar as formas de reconhecimento, de concorrência e de cumplência que unem os atores dominantes nos diferentes sub-espacos do campo. Ela permite também conservar a ideia de que as ordens institucionais são hierárquicas e funcionam como sub-espacos sociais autônomos, mas coordenados. Sem cair na fantasia de uma conspiração ou na localização física de um *lugar do poder*, *Le Siècle*, encontro mensal destinado a “reunir as classes dirigentes da sociedade do nosso país”²¹, é simultaneamente seletivo e abrangente, esporádico mas constante. Os seus cerca de 800 membros têm simultaneamente características comuns e especialidades diversificadas. A elite política o frequenta, mas apenas as figuras de proa (40% dos ministros foram membros deste clube entre 1997 e 2007, tanto de governos de direita como de esquerda). Os políticos representam 17% dos membros do *Siècle* e 8% do *Who's Who* (todos os deputados são sistematicamente incluídos) (Denord, 2012)²².

Essa insistência na autonomia relativa da elite política, ainda que estruturalmente ligada a outras elites, tendeu a marginalizar

20 DENORD; LAGNEAU-YMONET; THINE. 2011. O artigo baseia-se numa amostragem aleatória do *Who's Who* (6.457 de um total de 21.000).

21 Pierre Moussa, alto funcionário público e mais tarde banqueiro, antigo presidente do *Le Siècle*, mencionado por François Denord (2012). Para uma descrição livre e crítica ao *Le Siècle*, conferir o filme de Pierre Carles, *Fin de concession*, de 2010.

22 Agradeço a François Denord por suas precisões. Segundo esta pesquisa, 41,8% dos membros do *Le Siècle* trabalharam em um gabinete ministerial. Sobre os Estados Unidos, conferir o clássico de Domhoff (1978), *Who really rules: New Haven and Community Power Reexamined*, reeditado oito vezes desde sua publicação em 1978. Conferir, também, KAHN, 2011.

os velhos debates dos anos 1960 e 1970 em torno de Louis Althusser (1965a, 1965b) e Nikos Poulantzas (1968), ou a partir da primeira definição bourdieusiana do campo político. Nos anos 1970, para P. Bourdieu, o campo político designava de fato “o sistema de relações entre frações das classes dominantes e não apenas entre agentes que fazem da ‘política’ profissão (deputados, jornalistas políticos, etc.)” (Bourdieu, 1971, p. 70).

Convém também lembrar que não podemos equiparar todos os diretores de empresas, os PCS 2 do INSEE, aos patrões do CAC 40²³; da mesma forma, não podemos equiparar o topo da profissão política a todos os profissionais da política.

1.3. Variações da profissão política

As tarefas que esses profissionais têm de desempenhar podem ser resumidas, de modo geral, como aquelas destinadas aos profissionais de assuntos públicos²⁴ (Courty, 2005; Walker, 2014), mas são necessariamente infinitas e indefiníveis por definição. Os lugares, os eventos e as arenas, os papéis, as tomadas de distância dos papéis²⁵, as situações, a relação com o tempo, bem como a busca de distinção e as formas de socialização e interiorização do ofício remetem a uma infinidade de modos de ser e de fazer, mais do que em qualquer outra profissão. Daí o fato de os comentários jornalísticos se centrarem no “estilo”, nos “traços psico-

lógicos” que qualificam ou desqualificam o estadista ou o político. Os sociólogos também tentaram caracterizar os políticos locais, particularmente os prefeitos, a partir de “figuras” que resumiriam a forma como dão vida ao seu papel (construtor, empreendedor, gestor, participante). Todo esse trabalho político de eleitos ou candidatos pode ser apreendido retrospectivamente através de arquivos pessoais (Association, 2007), da observação e dos inquéritos abertos e tornados públicos por algumas instituições²⁶.

Max Weber, na segunda parte de *Politik als Beruf*, define as qualidades determinantes, complementares e eventualmente contraditórias que, na sua opinião, um verdadeiro político deve possuir: “paixão, sentido de responsabilidade, senso de proporção”. Tudo o que não se aprende diretamente. Alguns políticos se iniciam mais sistematicamente na gestão dos assuntos locais ou em técnicas de comunicação (*media training*), ou mesmo em certas profissões, como a advocacia, participando em inúmeros concursos de eloquência. O resto aprende-se através de uma socialização difusa – aptidão e gosto pela liderança, assumir responsabilidades precocemente em um grupo ou sobre ele – e também nas universidades e na aprendizagem na prática dos papéis políticos. As escolas especializadas dos partidos que formavam os seus futuros dirigentes (nomeadamente o Partido Comunista) colapsaram (Ethuïn, 2003b). O

23 A categoria 2 do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos reúne o conjunto de donos de empresas de todos os tamanhos. O CAC 40 (*Cotation Assistée en Continu*) é um índice da bolsa na França que reúne as 40 empresas mais bem cotadas.

24 Para a profissão política, ver o inventário de Prévert em FONTAINE e LE BART, 1994, e LE LIDEC, 2008.

25 NT: No original, *les distances aux rôles*. Traduzido do inglês, *role distante*, se trata de uma expressão de origem goffmaniana e que dá conta das situações em que o ator, deliberadamente, sai do seu papel para dar lugar a uma expressão da sua individualidade, o que simbolizaria a diferença entre o papel prescrito e a conduta efetiva (Goffman, 2002).

26 Ver OLLION, 2021, sobre a Assembleia Nacional.

modelo weberiano se interessa sobretudo por esses grandes políticos que lhe parecem indispensáveis à gestão dos Estados e de suas populações, embora a política, no seu cotidiano, seja feita tanto pela “baixa política”, a “politicagem”, a “política partidária”, a “política de bastidores” ou mesmo pela gestão banal ou inovadora de uma coletividade, quanto pela “alta política”. O saber-fazer político implica uma capacidade, muitas vezes considerada de fora como suspeita, de transitar entre vários papéis por vezes contraditórios e de saber utilizar os amigos e os inimigos; de saber jogar com a cooperação e com a traição, com o esquecimento e com o desejo de vingança, com a capacidade de gerir as tensões e com a necessidade de as manter.

Mas todas essas qualidades só podem ser pensadas no seu contexto: em configurações espaciais e históricas específicas, e não como qualidades intrínsecas e atemporais. Como mostra Mariana Gené (2014, p. 283), só podemos falar das qualidades dos políticos em interação:

As questões abstratas sobre a ‘qualidade’ dos políticos apenas evidenciam uma parte de um processo muito mais vasto. Os parâmetros absolutos e gerais para medir essa suposta qualificação muitas vezes ignoram o que temos mostrado nesta tese: o que os políticos ‘deveriam’ ser é definido, e transformado, em contextos históricos específicos, em relações de poder e em dinâmicas políticas espacialmente situadas.

É também por intermédio de estudos precisos, como os realizados sobre as agen-

das dos políticos, que poderemos afastar-nos das aproximações generalizantes e trabalhar sobre os aspectos concretos, rotineiros e mesmo prosaicos da atividade política quotidiana²⁷. A política aparece, então, baseada numa perpétua arbitragem do tempo e como um empreendimento eminentemente coletivo (não apenas partidário), ligado à manutenção de grupos próximos indispensáveis à sua perenidade.

Um artigo de Frédéric Sawicki (2003) abre outras perspectivas. O autor argumenta contra a hiper especialização das pesquisas em ciência política. Com demasiada frequência, as investigações sobre o ofício de político local (ou simplesmente o ofício de político) tendem a ignorar o trabalho dos políticos no domínio das políticas públicas, privilegiando o trabalho político de busca pela reeleição.

A noção de liderança política baseia-se muitas vezes em qualidades intrínsecas e heroicas que os líderes possuem ou deveriam possuir, e que possuiriam de maneira contínua. Isso os políticos sabem porque estão constantemente retrabalhando a composição de seus atributos sociais (Collovald, 1999). As qualidades que atribuímos a um líder são, portanto, menos uma espécie de disposição genética intrínseca, ou mesmo social, do que o resultado da atualização e do reforço de disposições reconhecidas em num determinado grupo (no seio de equipes e redes políticas, nas quais as decisões são frequentemente mais colegiais do que parecem). Max Weber não escapa a essa reificação quando, na segunda parte de *Politik als Beruf*, descreve as qualidades necessárias aos políticos, ainda que construa o tipo de

27 ALDRIN, 2007; LE LIDEC, 2008; DEMAZIÈRE; LE LIDEC, 2014; EYMERI-DOUZANS *et al.*, 2015; e DENIS, 2024. A seção temática do Congresso da AFSP 2015 foi dirigida por Philippe Aldrin (<http://www.congres-afsp.fr/st/st20.html>).

líder democrático relacionando-o ao processo de profissionalização que é corolário do sufrágio universal.

A liderança, como salienta Frédéric Sawicki, é territorializada e, embora as pesquisas sociográficas nacionais possam identificar as principais variáveis de elegibilidade (Abélès, 1989), elas não podem compreender como essas propriedades se atualizam na prática.

A gestão de políticas públicas e, por conseguinte, das cadeias de interdependências entre eleitos, colaboradores e burocratas, é um dos aspectos essenciais do ofício da política, ainda que seja muito menos mediatizada

do que o trabalho de representação e de intermediação (discursos, visitas, jogos de cena).

Além disso, o ofício da política não oferece apenas um tipo de carreira, mas remete a tipos de investimentos e a diferentes estigmas ou rótulos. Ao lado das carreiras nacionais “bem-sucedidas”, é preciso considerar também a infinidade de situações em que se encontram aqueles que estão na carreira e não querem ou não podem galgar cargos mais altos. Alguns eleitos com mandatos locais querem “continuar pequenos” (ou por vezes o espaço dos possíveis os obriga a isso), do mesmo modo que alguns empresários procuram limitar o seu volume de negócios.

Box 1

A questão da fila de espera

Vimos que o acesso à profissão política pode levar muito tempo, quando se trata de provar seu valor por meio da militância, ou assegurar uma certa reputação social e poder assim ser considerado “elegível”. É preciso, portanto, esperar sua vez na fila, como mostra E. Ollion em seus trabalhos.

Entretanto, o militantismo precoce entre as alas jovens dos partidos políticos, ou em centros acadêmicos e movimentos estudantis, abre caminho para um número cada vez maior de oportunidades como assessores, empregos nos quais esses auxiliares políticos próximos de um mentor competem pela obtenção de troféus (cargos no partido, mandatos eletivos), permitindo consolidar mais rapidamente o desejo de construir uma carreira.

Fora do caso específico das revoluções que provocam transformações bruscas no pessoal político, os casos mais frequentes de reviravoltas no espaço partidário podem permitir a ascensão rápida de *outsiders* que se aproveitam do êxito de seu líder. O caso de Silvio Berlusconi, nos anos 1990, e de Donald Trump e de Emmanuel Macron, nos anos 2010, são exemplos reveladores. Mas esse sucesso pode ser efêmero: o caso francês mostra que os “novatos” macronistas, que deveriam revolucionar o modo de fazer política, ou viraram profissionais como os outros ou retornaram à “sociedade civil”.

Em um livro publicado na França em 2021, investiguei a relação entre os empresários e a política nesse país, que é muito específica em comparação aos chefes de empresas estadunidenses, que podem intervir mais diretamente na política financiando quase que sem limites *think tanks*, partidos e candidatos, e envolvendo-se eles mesmos, uma vez feita sua fortuna, na política, seja eleitoral seja no âmbito do *spoil system* estadunidense, que dá ao presidente o direito de renovar sua “administração” e distribuir um número considerável de cargos de prestígio (secretarias, embaixadas, diretores de grandes agências). Os conflitos de interesse entre suas posições econômicas e seus papéis políticos são bastante frequentes e muito mais tolerados nos Estados Unidos que na França.

No caso dos grandes empresários franceses, uma segunda ou terceira carreira política (depois de seu sucesso empresarial e/ou após terem passado pela administração pública no gabinete

de um ministério) só poderia ser uma carreira por cooptação (a nomeação para um ministério), porque, à essa altura, se apresentar como candidato nas eleições legislativas seria algo pouco concebível: fazer campanha, e ser apenas um dentre os 577 deputados, poderia ser tomado como uma forma de desclassificação para atores que tiveram responsabilidades em nível mundial durante uma parte de suas carreiras. Além do mais, é difícil de imaginar um grande empresário esperando sua vez na fila. Apenas a cooptação direta parece adaptada a esses atores pouco dotados de capital político e que, por isso, dependem da sua aquisição por meio da transmissão vinda de um tutor ou mentor.

Isso significa uma fragilidade em termos de recursos, a menos que se imagine a entrada na política como algo muito temporário, sob a forma de “missão”. No limite, restringe-se a “fazer” políticas públicas (policies) evitando as passagens obrigatórias pela política eletiva, para não falar das disputas partidárias. Apesar do apelo feito por Emmanuel Macron ao meio empresarial, apenas um tipo específico de empresários se juntou à sua equipe ou se apresentou como candidatos à Assembleia Nacional. Eles foram selecionados em 2017 por uma comissão nacional, depois que o partido macronista recentemente criado examinou suas candidaturas de modo gerencial (foram apresentadas mais de 20 mil candidaturas). Esse recrutamento em massa por meios inéditos permitiu a muitos dentre eles, empresários ou não, furarem a fila. Para uma mulher, para um jovem militante recém-chegado que teria que esperar, para um ou uma chefe de empresa tomado por sua atividade empresarial, o apelo à “sociedade civil” foi apresentado como um meio de renovar uma classe política desacreditada e um modo de conciliar convicção, ambição e até carreirismo. Essa abertura de possibilidades e oportunidades ofereceu assim uma chance para que atores que tinham poucas chances, por meio do *cursus* tradicional de recrutamento, poderem se candidatar imediatamente.

Os grandes empresários aos quais foi proposta uma entrada na política, na maioria dos casos recusaram. O interesse por uma tal posição deve ser avaliado em relação ao investimento, ao prazer e à satisfação obtidos na atividade empresarial. A diferença entre as retribuições materiais das duas posições pode ser mencionada por empresários de porte médio-alto (“eu saio perdendo”, “meu salário foi dividido por cinco”). Contudo, essa diferença é bem menos explícita entre os grandes empresários, e a relação custo/benefício é raramente posta em termos tão claros como no caso dessa ex-ministra que depois migrou para o setor privado e que insiste ao mesmo tempo sobre as remunerações, as obrigações da vida cotidiana e a fila de espera:

Eu tenho muitos amigos no meio empresarial e eu digo sempre a eles: sábado de manhã, entre uma partida de tênis e distribuir panfletos na feira, você escolhe o quê? Sábado à tarde, entre passar o Dia de Reis com seus filhos ou visitando uma casa de repouso... você escolhe o quê? Entre 8 mil contos como deputado (e a gente não vira deputado de uma hora pra outra, é preciso muitos anos), e eventuais *stocks options*? (Entrevista, 2017)

Ao lado dos raros homens rotulados de “estadistas” – por vezes qualificados de “animais políticos” – que souberam transfigurar o seu conhecimento das regras do jogo em competência visionária, há muitos “bons gestores”, “homens de ação”, pessoas que se fazem “quotidianamente presentes”, técnicos e até tecnocratas da política, prefeitos empreendedores, mas também notáveis, carreiristas de partidos, malandros, jo-

gadores, padrinhos... A especialização num determinado assunto (por vezes estigmatizada como subserviência a um grupo de interesses: o deputado do vinho, o deputado da indústria farmacêutica ou o deputado do RER C), a autolimitação das ambições aos mandatos locais, a construção de uma etapa posterior na carreira, não esgotam a diversidade de estratégias concebíveis ou possíveis. Essas estratégias devem ser relaciona-

das às configurações jurídicas que definem os quadros da profissão política e às expectativas de sucesso que foram historicamente delimitadas em função do caráter federal ou não da organização institucional e do valor relativo dos cargos que podem constituir essas hierarquias separadas ou um *cursus honorum* contínuo (como na França²⁸ ou nos Estados Unidos).

A questão do valor dos cargos disponíveis na União Europeia é bastante interessante de ser analisada. Como mostra Didier Georgakakis (2012, p. 44-45)²⁹:

Em suma, até à Comissão Barroso I, os comissários são cada vez mais antigos ministros dos Estados-Membros (e, frequentemente, antigos ministros de alto nível de todo um grupo de Estados-Membros), mas o seu estatuto de *experts* ou de especialistas na Europa é relativamente relegado. Inversamente, e de modo paralelo, os altos funcionários devem sua posição cada vez mais a um investimento a longo prazo nas instituições europeias.

1.4. As bases materiais da profissão política

É preciso destacar aqui o crescimento de um mercado de cargos de gestão política, como demonstra o aumento do número de diplomas nas universidades e institutos de estudos políticos (Sciences Po) ou nas *schools of government*, que preparam os estudantes para assumir cargos nos círculos (administrativos e políticos) dos eleitos ou para a prestação de serviços políticos aos

partidos, ao Estado ou aos governos locais (Biland, 2012) e que podem conduzir a processos de profissionalização eletiva. Contra a visão do político eleito como um decisor solitário e isolado, detentor de legitimidade democrática em virtude da sua eleição, é necessária uma visão mais realista da atividade política, com as suas delegações, processos de decisão e distinções evanescentes entre os territórios político e administrativo. Como recorda Jean-Michel Eymeri-Douzans: “a compreensão do trabalho político, tal como é produzido e praticado, pressupõe levar em conta todas essas interdependências” (Eymeri-Douzans, 2003).

O estimulante livro organizado por Eymeri-Douzans em 2015 (*Le règne des entou-rages*), com a contribuição de numerosos pesquisadores, se concentra nos gabinetes do Executivo. O livro oferece um extenso e rico panorama, no tempo (desde o Conselho do Rei e adiante) e no espaço (na União Europeia e em cinco democracias diferentes), tendo a França como caso de estudo especial, mas nem por isso tão excepcional. Os grupos de assessores próximos do Executivo francês não pararam de crescer e, nos últimos 15 anos, os gabinetes formais e informais, sem considerar o Palácio do Eliseu, empregam entre 700 e 800 pessoas. Os governantes multiplicam “a sua própria capacidade de reflexão e de ação, compondo círculos íntimos, cada vez maiores, de assessores, nos quais é delegado um número crescente de tarefas”. Contra o mito do “rei solitário”, Jean-Michel Eymeri-Douzans (2015) destaca, no capítulo 19, que “o ministro já

28 Sobre os efeitos das leis de descentralização na França, conferir LE LIDEC, 2008. Em geral, ser prefeito de uma grande cidade é um cargo mais frequentemente cobiçado que o de deputado. Sobre os prefeitos de pequenas cidades, conferir SÉBASTIEN, 2009.

29 Ver também BEAUVALLET; MICHON, 2012, sobre os diferentes investimentos e tipos de investimento nas carreiras no Parlamento Europeu; e BEAUVALLET, 2007.

não é uma pessoa física”, o que significa que a sua ação é enquadrada, preparada, delimitada, posta em prática, falada e interpretada (“o ministro quer”, “o Presidente ou o Primeiro-Ministro consideram que”) por equipes de assessores heterogêneas, cujos componentes se encontram em momentos diferentes de suas trajetórias, igualmente distintas, alternando-se entre estratégias de profissionalização política, inícios de *pan-touflage* econômica ou promoção administrativa. Cada um à sua maneira, em função das suas carreiras anteriores e posteriores, forma não uma equipe unida, mas dividida e hierarquizada, permeada por lutas de poder que escapam por vezes ao ministro, que não os escolheu nem os nomeou a todos (aquilo a que o autor chama uma “estranha coletivização sem confiança”).

Na França de hoje, as coisas chegaram a um ponto em que não é exagero dizer que um ministro é menos uma pessoa física do que a encarnação – quando aparece, fala e age em pessoa – e/ou a figuração – quando ‘o ministro’ serve de sujeito a frases, muitas vezes performativas, escritas, pronunciadas e publicadas em seu nome por outros – de um coletivo de trabalho: a sua equipe de gabinete (Eymeri-Douzans, 2015).

Esse “reinado de *entourages*” à francesa tende a se estender a outros países e a se proliferar, também, na pirâmide político-administrativa francesa.

Adeline Denis (2024), na sua tese etnográfica em curso sobre duas cidades da região parisiense, debruça-se sobre a co-produção complexa das decisões no interior de outras equipes, aquelas de prefeitos, compostas por outros eleitos, diretores ou diretoras dos principais serviços municipais e funcionários de gabinete que podem

também ser eleitos de cidades vizinhas. Esse tipo de abordagem é raro e permite documentar e objetivar em pormenor o trabalho político que é simultaneamente produzido pelo organizador da comitiva (o prefeito) e resultante de uma atividade colegial. A separação canônica entre o administrativo e o político, ou a dicotomia entre um saber-fazer militante mais ou menos autóctone (que estaria reservado ao período de campanha) e o saber-fazer dos gestores de políticas públicas, não é de modo algum rígida; e a abordagem etnográfica permite ver de perto a divisão quotidiana do trabalho (nomeadamente nas reuniões de “agenda”) no interior dessas “redes de confiança institucionalizadas”, mas frágeis. Como disse um diretor de gabinete: “Você vai ver... ao contrário do que a gente pensa da política, não se trata de debater ideias, mas de sujar as mãos e enfiar o nariz na terra”. Assim, o trabalho sujo faz parte, portanto, do jogo e é objeto de lutas, muitas vezes de gênero, no interior dessas equipes, que estão em vias de uma profissionalização permanente, mas incerta, uma vez que o mercado de distribuição de cargos varia muito em função do tipo de comitiva e da capacidade do dirigente para investir na procura de “colocações” para o núcleo de sua própria equipe, para usar a formulação de Frederick Bailey (1971, 1988).

A questão da equipe de assessores “próximos” profissionais tornou-se, portanto, um foco de interesse da sociologia política, enquanto a análise das comitivas privadas emerge muito recentemente entre os pesquisadores da área. De fato, os empresários políticos, tal como outros empresários, não são líderes solitários, desconectados de todos os tipos de compromissos (profissionais e afetivos).

A questão dos cônjuges ou companheiros pôde ser levantada devido ao interesse

da imprensa de celebridades pelas aventuras amorosas e estado civil de políticos de destaque, quer se trate dos divórcios e casamentos de Nicolas Sarkozy ou das separações e encontros noturnos de François Hollande. A questão das relações conjugais também foi despertada por conta do estatuto protocolar e/ou político das esposas dos presidentes da República e de outros políticos de relevo. Nesses casos, as mulheres são retratadas como esposas-troféu ou, ao contrário, como figuras inspiradoras que atuam à sombra de seus maridos.

Como mostra de forma mais aprofundada o trabalho recente de Christelle Gris (2016), não pode haver empresa política e, portanto, profissionalização política, sem que o cônjuge ou a companheira (mais raramente o companheiro) aceite viver *para a política*³⁰. O trabalho de Christelle Gris (2016) torna a questão mais complexa ao recorrer aos recentes avanços da sociologia do gênero e da interseccionalidade (no sentido de uma investigação cruzada das formas de dominação – eventualmente cumulativas – a que um indivíduo pode estar sujeito, com base na classe, gênero, raça, deficiência ou orientação sexual), destacando que o lugar da mulher na empresa política, na “casa política”, não é evidente e que é preciso falar das mulheres que tornam possível uma carreira política. Elas atuam de formas muito diferentes, em função das suas próprias trajetórias e dos capitais de que dispõem como resultado da sua origem social, dos seus investimentos escolares e universitários e de todo tipo de engajamentos que assumiram ao longo da vida.

A interseccionalidade permite, assim, dar conta daquilo que se poderia chamar de *intercarrieridade*³¹, ou seja, das diferentes disposições, competências e apetências que o(a) cônjuge de um(a) eleito(a) pode estar disposto a investir nas carreiras e em compromissos familiares, culturais, profissionais e políticos do círculo doméstico, envolvendo marido, mulher e eventuais filhos (de um ou vários casamentos). Em termos práticos, porque a sociologia tem de ser materialista, cabe perguntar: quem cuida dos filhos? Quem lava a louça ou faz as compras? Quem gere os “empregados da casa”? Quem sacrifica ou coloca em segundo plano sua carreira profissional? ...

Christelle Gris (2016) mostra, assim, que as mulheres dos deputados são frequentemente assistentes remuneradas (em sentido amplo) nas equipes políticas. De acordo com os seus cálculos, quase um terço dos deputados tem uma cônjuge que se interessa pela política dessa forma. No mínimo, a mulher tem o dever de jogar o jogo do marido, ser aquela que não prejudica a sua carreira, que evita os conflitos de interesse e que não parece ser a sua porta-voz, mantendo ao mesmo tempo uma boa imagem pública e a reputação da família, cultivando a discrição e as boas relações com todos os que encontra na rua, evitando os boatos e exercendo uma participação ativa na vida pública do marido.

A cônjuge é também responsável por assegurar a estabilidade e a continuidade emocional do lar, proteger e permitir que o profissional se liberte dos constrangimentos da vida doméstica, tornando possível momentos de descanso e recuperação. Ela

30 Em particular KIRKPATRICK, 1974; DULONG, 2003; DULONG, MATONTI, 2005; ACHIN, 2005a; CLÉMENT, 2014.

31 NT: No original, *intercarrierité*. Neologismo resultante da fusão de prefixo “inter” e do substantivo “carrière” (carreira).

tem de gerir o medo da “jovem amante” e a sua eventual perda de tolerância em relação a uma atividade que invade cada vez mais a vida privada à medida que o sucesso aumenta e a profissionalização se intensifica. Além disso, a situação matrimonial dos eleitos e, por conseguinte, as alterações do seu ambiente afetivo e profissional, podem estar ligadas a determinadas etapas da sua carreira política. Como diz sem rodeios um entrevistado por C. Gris:

Então vou ter de deixá-la... Mas é um péssimo momento, a três semanas do primeiro turno... Já é suficientemente complicado estar em campanha, não precisava disso para além de todo o resto, sabe... Pensei em esperar, mas acho que não vai ter como...

Essas cônjuges/companheiras têm de “tirar vantagem da situação” segundo modalidades que variam muito em função dos seus recursos e trajetórias. Conforme suas posições sociais e suas ambições, elas são levadas a investir os seus recursos (aquilo a que C. Gris designa metaforicamente por “dote”), vivendo elas também para a política: de certo, sabem aconselhar precisamente sobre os cosméticos e a *heris* corporal; dar e receber (Phélippeau, 2002) segundo os cânones mais clássicos da política nobiliária; mas também sabem agir em associações e pôr as suas competências académicas e profissionais a serviço do núcleo familiar, trabalhando em dossiers, relendo discursos, uma espécie de diretora informal de gabinete que deve também saber manter uma distância justa, em termos emocional e social, da empresa política, que é certamente do-

méstica, mas acima de tudo conjugal. Para além dessas questões, são, portanto, as bases materiais, familiares, micro-partidárias (quando um profissional acumula recursos para a sua própria reeleição) e partidárias (quando os recursos coletivos são – em parte – compartilhados) que podem ser revisitas (François; Phélippeau, 2015).

1.5. Os “profissionais da profissão”

Quando se fala em profissão política (Loonis, 2006; Mazeaud, 2014), normalmente se quer enfatizar o seu caráter perene³² e a necessidade dos candidatos a esse ofício iniciarem cedo a sua entrada na política, na qual a ascensão na carreira pode ser lenta, levando um certo tempo para se alcançar os escalões mais elevados da hierarquia. Em uma amostra de 33 políticos franceses, que podem ser caracterizados como o pináculo perene dos profissionais franceses, líderes partidários, ministros ou antigos ministros, o primeiro mandato foi adquirido antes ou pouco depois dos trinta anos (Offerlé, 2004).

Como Jean-Luc Godard³³ disse maliciosamente, quando lhe foi atribuído um César honorário, em 1987, pelo conjunto da sua obra, há mais numa profissão do que “os profissionais da profissão”.

Obrigado, Isabelle, claro, obrigado aos profissionais da profissão, como eu já disse, e obrigado aos... Já que falei de luz e sombra, aos invisíveis, obrigado às meninas da montagem negativa no LPC, obrigado à operadora da Gaumont, porque sem ela não conheceria o Nicolas, obrigado aos empregados do banco OBC, obrigado a vocês.

32 Sobre as abordagens etnográficas do pessoal político, ver ABÉLÈS, 1989, 2000; BACHELOT, 2008, 2010; LAURENS, 2015.

33 César atribuído por Isabelle Huppert em 7 de março de 1987. Ver também BAECQUE, 2010.

O segundo sinal dessa profissionalização é o seu carácter contínuo. Não há limites de idade e o Senado francês é o receptáculo dos políticos em fim de carreira. Quanto aos prefeitos, é permitido a eles, com o consentimento renovado do eleitorado, carreiras muito longas. Além disso, a necessidade de entrar na política numa idade precoce levou a um aumento do número de políticos profissionais que não exerceram qualquer profissão antes de eleitos. O ministério Ayrault foi, sem dúvida, um dos ministérios mais “profissionalizados” nesse sentido. Manuel Valls e François Fillon são casos extremamente exemplares dessa profissionalização (Offerlé, 2016).

O desenvolvimento das vias de acesso a essa profissão conduzido pela ala “jovem” dos movimentos e partidos (Bachelot, 2008; Bargel, 2009, 2014; Jérôme, 2014), associadas ou não a empregos de assistente parlamentar (Aldrin, 2007) ou de prefeito e vereador, bem como o aumento dos postos de trabalho – como funcionários públicos ou membros do círculo próximo de políticos locais – constituem uma reserva de talentos, reconhecidamente precária, mas que permite acumular capital político (muitas vezes adquirido através da dependência a um político mais antigo que pode cooptar e apadrinhar o mais jovem) e alimenta a esperança de uma profissionalização em cargos eletivos.

Os empregos dos assistentes parlamentares são ambivalentes e diversificados, como demonstram Julien Fretel e Julien Meimon (2004), em *Le règne des entourages*, porque são ocupados por atores com perfis diferentes (diploma, idade, sexo, tipos de capitais) consoante o tipo de deputado e a sua localização (em Paris ou outra circunscrição).

São ambas escolas de política que valorizam o fato de “começar por baixo”, permitindo aos colaboradores se dedicarem às suas paixões e almejem uma carreira pro-

fissional, ao mesmo tempo que acumulam competências e capitais, junto a um possível mentor político, mais ou menos poderoso, capaz de transformar esse serviço auxiliar em profissionalização pela concorrência eleitoral ou pela nomeação a cargos político-administrativos.

Trata-se, portanto, de um percurso simultaneamente semelhante e muito diferente daquele cujo acesso à profissão política se dá pelas vias mais centrais. Se os cargos de assistente de gabinete podem conduzir a cargos parlamentares ou mesmo ministeriais, esses percursos nunca são quimicamente puros (cf. as trajetórias de Manuel Valls ou François Fillon).

Quanto à via de acesso aos cargos ministeriais através do gabinete, essa é mais complexa do que parece, porque, como demonstram Valentin Behr e Sébastien Michon, embora 33% dos ministros entre 1986 e 2002 tenham passado por um gabinete executivo, nem todos o fizeram da mesma forma, e aquilo a que se chamou “acesso pelas vias centrais” como uma nova via para ocupar altos cargos políticos (ao lado das chamadas vias nobiliárias e militantes) está longe de ser inequívoca. De fato, se a passagem por um gabinete é um acelerador de carreira para os cargos ministeriais, ela é, em todo o caso, diversificada, uma vez que várias combinações são possíveis (militantismo e gabinete, mandato eletivo e gabinete) concomitante a um tipo “puro” de ascensão sem mandato a um cargo ministerial, como Jean-Louis Bianco ou “membros da sociedade” dita civil.

Também há os recrutadores que selecionam, em um nível mais elevado de sofisticação, os chamados “jovens talentos”, reunindo-os e comparando-os a outras elites, por exemplo, o *Aspen Institute*, onde se reúnem e se formam “os líderes políticos de ama-

nhã” (exceto a Frente Nacional)³⁴, ou ainda o *Institut des Hautes Études de l’Entreprise*.

A terceira marca dessa profissionalização é a manutenção do capital político por meio da procura permanente de cargos que o retroalimentem. O acúmulo de mandatos no espaço político foi parcialmente abolido em 2017³⁵, mas alguns tencionam resistir: “Acumular um mandato parlamentar e uma função local é um estilo de vida. Se sou suficientemente louco para trabalhar mais de 80 horas por semana, isso é da minha conta!”, declarou Philippe Bas, senador dos Republicanos, ao *L’Opinion*, em 20 de dezembro de 2016. A questão do acúmulo de posições eletivas por longos períodos também está presente, mesmo que menos publicizada.

A quarta expressão e indicador dessa profissionalização reside no desenvolvimento de profissões auxiliares ligadas à profissão política, que tendem a excluir do engajamento político e da competição os “simples militantes” que Louis Mexandeau tornou célebre através de Marcel Garrouste. O mercado de todas as campanhas eleitorais abriu-se agora,

apesar das barreiras de proteção estabelecidas na França³⁶, aos conselheiros em comunicação (Legavre, 1993; Riffault, 2015)³⁷, que fornecem um apoio logístico amparados na reputação da empresa que presta os seus serviços (Walker, 2014). Nos partidos políticos, tal como em outras organizações³⁸, as tentativas mais exitosas de “gerencialismo” (Petifils, 2007; Griffiths, 2008; Facher-King, 2008; Lefebvre, R. 2011, 2013) tenderam a racionalizar os métodos de recrutamento e fidelização de seus membros e a desenvolver uma “cultura de objetivos” inspirada nos manuais de gestão e nas práticas empresariais (Dulong, 1997, 2010). Os projetos políticos colaborativos de *start-ups* políticas para mudar a República e o seu *business model* acompanham, fora dos partidos, essas tentativas de racionalização da competição política. Porém, o exemplo de *Nous Citoyens*³⁹ é pouco conclusivo do ponto de vista dos resultados da mobilização empresarial⁴⁰. Na França, algumas tentativas de aplicar a cultura da avaliação e dos instrumentos da nova gestão pública ao trabalho governamental também fracassaram⁴¹.

34 <http://www.aspenfrance.org/James-Purnell-parle-aux-Jeunes.html>, *L’Institut Aspen*, *Star Ac’ des politiques*, *Le Monde*, 26/9/2014.

35 Sobre o acúmulo de mandatos, conferir: LE LIDEC, 2008; BACH, 2012; FRANÇOIS; NAVARRO, 2013; MÉNY, 2013. A questão do acúmulo de mandatos foi abordada na lei orgânica de 14 de fevereiro de 2014, que altera um certo número de artigos do Código Eleitoral (nomeadamente o LO 137 e seguintes). Ver o relatório de Christophe Borgel, apresentado à Assembleia Nacional, no qual são retomados os argumentos e assinaladas as particularidades francesas (Assemblée..., 2013).

36 A campanha presidencial de 2012 nos EUA custou mais de 2 milhões de dólares e a campanha para as eleições de 2014 custou 4 milhões. A campanha de 2016 custou mais de 6 milhões de dólares.

37 Ver também o crescimento de empresas de estratégia eleitoral como a Liegey Muller Pons (Gagnez..., s/d); e Proxem, que trabalha em política na “web semântica” (Proxen..., s/d).

38 Sobre as ONGs, ver Revista *Politix*, n. 79; SIMONET, 2010; DAUVIN, 2004; DAUVIN; SIMÉANT, 2005. Sobre os sindicatos, ver THOMAS, 2013; LEFEBVRE, S. 2011. Sobre as organizações patronais, ver OFFERLÉ, 2015b.

39 “Nós cidadãos” é um partido político que não deu certo. Ele pretendia lutar contra a profissionalização da política, fazendo um apelo, sobretudo, aos donos de empresas.

40 A assembleia geral extraordinária de 20 de dezembro de 2016 decidiu não declarar apoio a nenhum candidato às eleições presidenciais de 2017.

41 O primeiro-ministro François Fillon expressou a intenção de avaliar a performance dos ministros (*Le Monde*, 18/1/2008). Não trataremos aqui das avaliações/notações jornalísticas que teriam desencadeado uma polêmica seguida de um processo judicial entre Pascal Perrineau e Olivier Fillieule a propósito de um artigo publicado na revista *Le Point*, em julho de 2008.

2. O espelho estilhaçado do campo político

Os estudos sociográficos sobre o pessoal político têm proliferado desde a publicação original de *La profession politique* (Offerlé, 1999). Um retorno à essa produção nos permite considerar as virtudes, limitações e dificuldades apresentadas por essas “contagens”. Essa abundância de pesquisas documenta os atributos sociais dos profissionais da política e destaca o fato de que esses atributos são mobilizados de diferentes formas, politicamente e nos meios de comunicação, nos debates atuais sobre a legitimidade dos políticos contemporâneos. A falta de confiança e o desprestígio que lhes estão associados são expressos de várias formas pelos que defendem uma reforma da profissão. Mas esse fato não nos deve fazer esquecer do conforto que deriva da existência deste pessoal profissionalizado que também realiza o “trabalho sujo” da delegação democrática.

2.1. O regresso da sociografia

Grande parte da atenção dada à profissão política está centrada na objetivação e

denúncia da fraca representatividade “fotográfica” dos quadros políticos em toda parte. A divisão constantemente repetida entre o “bom povo” e as “más elites políticas”, indexada nessa clivagem representacional, é um dos fatores dentre outros do aumento do abstencionismo (“Ignorar um jogo que te ignora”, para usar a expressão de Patrick Lehinque) e dos votos rotulados de “antissistema” (Braconnier; Dormagen, 2007; Lehinque, 2011). Todos os estudos sociográficos recentes⁴² convergem na demonstração de que os políticos profissionais são uma “representação” muito pouco fiel da sociedade. Essa discrepância é mais ou menos significativa de acordo com cada país e varia em proporção segundo os diferentes indicadores utilizados para objetivar uma população que se compara com outra, neste caso os profissionais em relação aos leigos (sexo, idade, origem social, profissão de origem, nível de diploma, origens “étnicas”). A sociografia do pessoal político retomou seu protagonismo. Na França, contudo, a pesquisa prosopográfica pormenorizada incide principalmente sobre os deputados e os eurodeputados, e pouco sobre os senadores e os ministros⁴³.

42 Sobre a sociografia recente dos quadros políticos franceses, para além dos trabalhos mais antigos já citados, sobretudo os de Daniel Gaxie, ver GENIEYS, 2011, nomeadamente os capítulos 4 e 7 que passam em revista os estudos dos anos 1950 a 1980; LEGAVRE, 2001; JUHEM, 2006; PETIFILS, 2007; CRIQUI, 2007; SINEAU; TIBERJ, 2007; COSTA; KERROUCHE, 2007; ROUBAN, 2011; KESLASSY, 2012; GROSSMAN; FRANÇOIS, 2013; COSTA, 2013; KOEBEL, 2014; GREGORY, 2014; HUBÉ, 2015. As teses e obras recentes sobre os partidos políticos incluem também inúmeras passagens sobre a sociografia dos líderes políticos: FRETTEL; MEIMON, 2004; HAEGEL, 2012; JOSHUA, 2011; BACHELOT, 2008. Ver também Étienne Ollion e sua equipe, 2021, sobre a Assembleia Nacional Francesa. O indicador de gênero é também monitorado pelo Observatoire des inégalités.

43 OTALORA, 1988; GAXIE, 1983, 1986; DOWDING; DUMONT, 2009; BEHR; MICHON, 2013, 2014. Sobre o trabalho ministerial, ver *Le règne des entourages*, sobretudo os capítulos escritos por Eymeri-Douzans (capítulo 19 e introdução). Sobre o recrutamento ministerial, ver BEHR; MICHON, 2015. Sobre os gabinetes, ver LAURENS, 2015; ALAM; MARTINACHE; NOLLET, 2015; ver também MATHIOT; SAWICKI, 1999. Sobre o trabalho dos gabinetes, para além das informações contidas em *Le règne*, ver NOLLET, 2014. Para depoimentos, ver as obras de Michel Rocard e Olivier Schrameck. O livro de Gérard Davet e Fabrice Lhomme, *Un président ne devrait pas dire ça*, se tornará um clássico dos depoimentos sobre o trabalho do presidente, tema que também é abordado por DREYFUS, 2015.

Instruções de utilização da sociografia

A sociografia do pessoal político pode ser estimulante, sobretudo quando é comparativa no tempo e no espaço políticos (ver Frédéric Sawicki, 1999, e Yves Déloye, 1999). Uma simples abordagem descritiva, como é frequentemente o caso, variável a variável, pode ser repetitiva e pouco inventiva. Além disso, toda sociografia deve ser tratada com cuidado, na sua própria base. De fato, todo trabalho sociográfico se baseia em declarações. A base de dados do Ministério do Interior, que dá acesso à lista nominativa dos candidatos às eleições francesas, e a base de dados *Sycomore*, da Assembleia Nacional, permitem um ganho de tempo considerável; mas as categorias utilizadas colocam um problema e, por definição, essas bases de dados apenas listam “declarações” de ocupação (para uma ideia dos problemas, que são mais do que factuais, mas também de codificação e sequenciação, ver: Ollion; Boleaert, 2015; Boelaert; Michon; Ollion, 2017⁴⁴). Quando elas são examinadas a pente fino, o pesquisador tem muitas surpresas quanto à durabilidade e à consistência efetiva das profissões declaradas quando a declaração de candidatura é comparada “à mão” com outras fontes (anúários, imprensa, entrevistas ou outros dados oficiais, como os fornecidos por outras declarações no *site* da HATVP – *Haute autorité pour la transparence de la vie publique* – “instituição responsável pela promoção da probidade dos funcionários públicos”, nomeadamente em matéria de *lobbying*, transparência financeira e conflitos de interesse). Além disso, a questão da codificação torna-se importante quando o profissional só exerceu uma profissão declarada durante alguns anos antes de entrar na política, ou quando a profissão declarada é pouco preditiva dos caminhos seguidos e dos capitais investidos na política. Para tomar o exemplo dos administradores de empresas, Max Weber ressaltou a baixa disponibilidade dos “empresários modernos” para a política (*Droit de vote et démocratie en Allemagne*, in *Œuvres politiques 1895-1919*, Albin Michel 2004, p.280 e seguintes). No que diz respeito a essa categoria, a profissão reivindicada publicamente pode ser a mesma, enquanto alguns entrevistados insistem que são mais “diretores de empresas na política” do que “políticos que foram diretores de empresas”, enquanto outros insistem na sua militância precoce nas juventudes partidárias e só marginalmente mencionam uma rápida passagem pelo empreendedorismo, que lhes serve no entanto de atributo identitário, tal como outros, há algumas décadas, insistiam, no seio do Partido Comunista, sobre os títulos de nobreza operários. Vale a pena refletir e pôr em prática as palavras de Woodrow Wilson, futuro presidente dos Estados Unidos: “A profissão que escolhi foi a política. A profissão em que entrei foi a de advogado. Entrei numa porque conduziria à outra” (Carta à sua noiva Ellen Axson, 30/10/1883).

44 Apresentações (Michel Offerlé e Etienne Ollion) e debates nos seminários “Patrons et patronat” (ENS-EHESS, dezembro de 2015) e “Parlamento” (ENS, de dezembro de 2015 a janeiro de 2016). Conferir Michel Offerlé (2021). Nesta obra volumosa, trabalhei a relação dos *patrons* com a política enquanto eleitores, interessados na “vida pública” e como eventuais competidores na política. Tratei também, neste livro, a questão mais geral das relações entre o campo político e o campo econômico, logo, o modo de construção das relações de dominação da política por parte das grandes empresas.

No entanto, a sociografia é muitas vezes pouco reflexiva. Na Grã-Bretanha, o artigo de referência de Anthony King (1981) abordou essa questão, analisando o declínio do recrutamento, sobretudo entre conservadores e liberais, de amadores e/ou atores de profissões “predispostas” a abrir caminho a uma carreira política devido às “qualidades intrínsecas” que essas atividades supostamente seriam portadoras,⁴⁵ as chamadas *politics facilitating occupations*:

São a radiodifusão, o jornalismo, a autoria, as relações públicas, o ensino escolar e a docência em universidades. Todas elas oferecem uma vasta gama de contatos, padrões de trabalho flexíveis, férias longas, oportunidades abundantes de licença e uma oportunidade de praticar competências politicamente relevantes, como escrever e falar em público.

A ideia de uma transformação do ofício da política e de sua profissionalização é amplamente desenvolvida na literatura atual em língua inglesa⁴⁶. Segundo Paul Cairney (2007), a expressão *Politics-facilitating occupations* é bastante vaga e abarca ocupações muito diversas no tempo e no espaço. Segundo Cairney, a expressão engloba atividades de *brokerage* (que estariam ligadas a certas profissões – professores, advogados – e que poderiam ser investidas na política), que devem ser distinguidas das atividades de tipo “instrumental” – politicamente orientadas, retomando uma expressão weberiana – que preparam diretamente à entrada na política (jornalismo, relações públicas, profissionais de grupos de interesse ou colaboradores políticos). O autor

insiste, com razão, nas dificuldades metodológicas de codificação das profissões de origem com relação à formação inicial e à trajetória profissional. A questão que se coloca é a da possibilidade de transferência do capital de um espaço a outro. Para citar a expressão de Anne-Catherine Wagner (2010), a propósito da mobilidade internacional, alguns capitais “viajam” melhor do que outros.

O que faltaria explicar é por que razão ainda há tantos deputados britânicos que não se enquadram nas duas categorias (as “tradicionais” *politics facilitating occupations* e as trajetórias politicamente orientadas, *political workers* e afins), mas que se enquadram na categoria de *business background*, entre os conservadores e os liberais democratas. O que também está por documentar é o que essa transformação da entrada na política significa para a prática da profissão: a forma como se faz política.

O artigo de King, de 1981, diagnosticava a ascensão do *career politician*, um termo que ele preferia ao de *professional politician* para demonstrar a transformação na gestão da política britânica. Será que a sociografia dos profissionais que questionamos na introdução de *La profession politique* (Offerlé, 1999) – através da clássica pergunta, *Does social background matter?* – teria um alcance limitado? Best e Cotta (2000), em conclusão comparando o recrutamento político em vários países europeus, apontam, em relação ao político profissional, um tipo particular entre os tipos ideais que estilizaram, que são as regras do jogo político que determinam suas ações e expectativas:

45 Ver também a ideia de viveiros defendida por Mattei Dogan (1999).

46 Ver, para além do artigo supracitado de KING, 1981, também RUSH, 2001; RIDDELL'S, 1993; CAIRNEY, 2007; COWLEY, 2012.

Numa tal configuração, o *social background* perde o seu valor enquanto elemento de capital social suscetível de ser investido na competição por cargos, uma vez que nem os selecionadores nem os eleitores esperam que tenha um impacto significativo na prática parlamentar dos candidatos após a sua eleição.

A filiação partidária seria mais importante, e o *social background* apenas seria uma variável relevante no exercício da profissão política em configurações particulares da competição (quando os recursos sociais do notável podem ser conjugados aos seus recursos políticos). Atualmente, as variáveis sociais determinam apenas a probabilidade de entrada na carreira (sobretudo de forma negativa para os que têm menos capitais), mas são pouco preditivas para compreender as formas concretas de como os profissionais assumem os papéis políticos.

Porém, o que são no cargo depende também do que foram na sua trajetória anterior, das disposições precocemente adquiridas para representar os outros, das experiências sociais interiorizadas no decurso da sua socialização familiar e profissional, do seu saber-fazer prático quotidiano e da sua capacidade de se colocar no lugar dos outros na esperança de poder representá-los (ou ainda da forma como se projetam num futuro diferente ou numa carreira política pela vida toda). Em qualquer boa sociologia das instituições, a ocupação de uma posição, de um papel, é uma hábil invenção contínua entre o cumprimento de tarefas e obrigações inscritas e prescritas na história do cargo e o modo como os agentes, portadores de *habitus* muito dispares, compõem, contornam e transformam – sob constrangimento – as

formas legítimas de desempenho dessas tarefas e obrigações (Lagroye; Offerlé, 2011).

Embora o estudo do *social background* dos políticos profissionais não explique mecanicamente as formas como o capital político é construído, preservado e acumulado, ou as formas muito diferentes como as pessoas assumem os papéis da política e do político, ele continua sendo, no entanto, uma ferramenta essencial para apreender em pormenor, para além das estratégias de imagem do imediatismo, as variações no desempenho do trabalho político.

Essa sociografia (Norris, 1997; Best; Cotta, 2000) é também pouco inventiva quando utiliza, no mesmo livro dirigido por Best e Cotta, por exemplo, séries contínuas ao longo de vários séculos e de vários países, enquanto seria necessário, como mostra Laurent Willemez (1999), questionar as categorizações de forma contextualizada⁴⁷; e não naturalizar termos semelhantes que significam coisas muito diferentes (um advogado em 1885 e na atualidade). É preciso olhar mais de perto quem são esses *lawyers*, que são 59 em 100 senadores e 174 em 435 congressistas (40%) no 110.º Congresso dos Estados Unidos, antes de os comparar com os advogados franceses (Dogan, 1999) ou com os *abogados* espanhóis ou argentinos, ou com os *avvocatos* italianos (Briquet, 2006). O artigo de Bogue *et al.* (1976) mostra que as câmaras dos Estados Unidos foram, durante um século e meio, compostas por entre 50% e 65% de *lawyers* e entre 11% e 25% de *businessmen* (sem contar os agricultores).

É ainda pouco inventiva porque a difícil tarefa de registar as trajetórias profissionais (com base na autodeclaração) pode agora

47 Sobre as séries longas nas ciências sociais, ver sobretudo o dossiê dedicado a esta questão em Genèses 1992/9, Histoire et statistique.

ser combinada com um trabalho sobre dados muito amplos que podem muito bem pôr em questão algumas das nossas certezas⁴⁸. No entanto, poucos estudos refletem sobre esse espelho da profissão, que é a “morte política”, que, salvo exceções, não se baseia em um limite de idade ou em um limite de mandatos⁴⁹.

Isto levanta três questões particularmente importantes:

A primeira remete ao fato de as condições de saída de dado espaço, como em qualquer estudo em termos relacionais, iluminarem as condições de funcionamento desse mesmo espaço.

A segunda à longevidade das carreiras e, por conseguinte, aos tipos de profissionalização encontrados nas diferentes configurações nacionais. Os presidentes da República francesa, desde 1959, ou morreram no exercício de suas funções (Pompidou), ou morreram pouco tempo depois de deixarem o cargo (De Gaulle, Mitterrand), ou abandonaram as suas carreiras políticas (Chirac, aos 75 anos), ou começaram uma nova carreira política a partir da base (mandatos locais e legislativos de Valéry Giscard d'Estaing, derrotado em 1981, aos 55 anos). Mas desses cinco presidentes, dois (Mitterrand, em 1965 e 1974, e Chirac, em 1981 e 1988) tinham sido derrotados antes de serem eleitos. O que não é o caso dos candidatos à presidência dos Estados Unidos (exceto Stevenson e Nixon), ou dos candidatos ao cargo de primeiro-ministro britânico, para quem a derrota significa a retirada da vida política, pelo menos no que se refere ao cargo mais importante. A recente decisão de

François Hollande de não tentar a reeleição é um precedente na França.

Dá a terceira questão, que se coloca como um prolongamento das anteriores, diz respeito à terceira carreira dos políticos. A carreira pós-política depende das condições de retomada da profissão inicial (que poderia ser continuada sob certas condições, variando de acordo com o país e o tipo de ocupação), se o acúmulo de funções com o mandato político for autorizado ou se a carga de trabalho tornar esse acúmulo incompatível. Durante muito tempo, o “parlamento de milícia” suíço se mostrou definitivamente singular nesse sentido (Mazzoleni, 2006; Mach, 2015; Mach *et al.*, 2016.)⁵⁰. Atualmente, quase todos os membros do Conselho de Estado e dos conselheiros nacionais são profissionalizados e apenas um oitavo dos membros do Conselho Nacional não o são; mas as duas câmaras suíças incluíam, e continuam a incluir, muitos administradores de empresas. Esse sistema é sintomático de um funcionamento de tipo clubístico, em que o cargo político não é muito exigente e é ocupado com base em um recrutamento plutocrático. É também revelador do baixo grau de autonomia do espaço político suíço em relação ao espaço econômico (mesmo que todos os partidos estejam em vias de profissionalização).

A profissionalização completa do pessoal político pode também ter sido um fenômeno recente noutros países, como na Alemanha, onde, segundo C. Achin (2005b, p. 304), citando G. Loewenberg, um terço dos deputados eleitos em 1961 ainda exercia a sua profissão. Além disso, 19% dos deputados federais eram funcionários de

48 Ver OLLION, 2021; PUDAL, 1989; PUDAL; PENNETIER, 2002; PENNETIER, 2012; BOULAND, 2013; 2016; e ETHUIN, 2003a.

49 Sobre as consequências dos limites de mandatos nas legislaturas estaduais dos EUA, ver MEINKE; HASECKE, 2003.

50 Para um ponto de vista ativista de um político socialista suíço de língua francesa, ver: <http://www.maurypasquier.ch/societe/Leparlementdemilicemytheourealite.html>.

sindicatos, 10% eram funcionários públicos licenciados e apenas 20% eram políticos a tempo integral.

A questão da reclassificação do pessoal político parlamentar não se coloca, portanto, para aqueles que combinam uma profissão com um mandato político. Esta questão pode ser resolvida pela existência de pontes que permitem a esses deputados se recolocarem, muitas vezes voluntariamente, com salários frequentemente mais vantajosos do que os subsídios que recebiam, em empresas econômicas ou de relações públicas. A *revolving door* (Blanes; Draca; Fons-Rosen, 2012), símbolo do *lobbying* em Washington, permite que os então deputados trabalhem para empresas que os teriam procurado quando eles ainda estavam em cargo público. E a *opening door*, a cooperação de parlamentares (principalmente advogados) para os conselhos de administração de empresas privadas, também se observa na Suíça. O caso de Peter Hess, advogado de negócios e conselheiro nacional do partido democrata-cristão, foi notícia na Suíça, em 2001, tendo sido obrigado a se demitir dos 48 conselhos de administração aos quais pertencia. No entanto, o projeto de lei que visa limitar o número de cargos de direção em empresas ocupados por parlamentares não foi aprovado. O artigo 11º “Obrigações de declarar os interesses” da Lei do Parlamento (2002) veio, porém, tornar as declarações mais rigorosas⁵¹. Na França, a “pantouflage política” é mínima, uma vez que são raros os políticos que abandonam totalmente o ofício da política⁵². Os casos de “jovens” políticos incumbentes (Blair, Clinton, Schroeder ou Sarkozy) ou de an-

tigos membros da Comissão Europeia suscitam fortes críticas devido às somas que podem obter com conferências e consultoria política.

A idade é também um fator de grande discriminação. Com exceção das grandes mudanças (1945, 1958, 1981, 1993), a Assembleia Nacional passa por alternâncias que têm impactado pouco na estrutura etária dos seus membros.

Apesar da alteração da idade de elegibilidade, o Senado francês continua majoritariamente composto por pessoas de idade avançada: 64 anos em média antes da renovação de 2014, 61 anos e 9 meses depois, com quase uma centena de septuagenários. A idade média dos prefeitos (muitos dos quais são aposentados de pequenos municípios) é de 52 anos e 10 meses, com apenas 4,1% com menos de 40 anos e 40% com mais de 60 anos. Louis Chauvel (2007)⁵³, muito atento a esse tipo de desigualdade, salienta que a maioria dos deputados tem entre 55 e 65 anos (a idade média dos candidatos em 2012 era de 49,5 anos, e a idade média dos deputados em 2007, que registrou um forte aumento, era de 57,5 anos, e de 59 anos e 10 meses em 2012). E a França detém o recorde mundial em termos de idade, quando se estabelece a proporção entre os deputados com mais de 60 anos e os com menos de 40: 9,00, contra 0,44 na Suécia, 0,78 na Alemanha e 3 no Reino Unido.

A recente publicação do relatório encomendado pelo ministro da Cidade, Juventude e Esporte, Patrick Kanner, propõe limitar as candidaturas a cargos políticos a 70 anos. O debate que se seguiu ilustra bem as oposições que envolvem a questão

51 Agradeço a André Mach por ter esclarecido as minhas memórias sobre este assunto.

52 Para dados mais antigos, ver BIRNBAUM, 1977, e DUTREIL, 2008.

53 Em 2012, 11 deputados tinham menos de 40 anos e 311 tinham mais de 60 anos.

da idade⁵⁴. Atualmente, a “geração” do pós-guerra, os que tinham entre 15 e 20 anos em 1968, exerce as principais responsabilidades políticas. Muitos deputados cumprem apenas um ou dois mandatos, mas existe uma forte base de deputados reeleitos: em 2006, a duração média de tempo no cargo era de 11,7 anos e 48% dos deputados cumpriam o seu 3º mandato ou mais (Costa e Kerrouche, 2007). Além disso, considerando as novas formas precoces de profissionalização, esses deputados estão há muito mais tempo na política do que os seus antecessores (Boelaert; Michon; Ollion, 2017). Os partidos mais excêntricos e anti-sistema são os mais jovens (no passado, o PCF, os ecologistas, o NPA e, mais recentemente, a Frente Nacional).

2.2. Mobilizações específicas

Os dois temas mais difundidos nos últimos anos são a paridade e a diversidade (Achin; Lévêque, 2006; Avanza, 2010; Mesgarzadeh, 2017)⁵⁵. Fruto de uma política voluntarista, de incentivos e/ou de repressão, a representação política das mulheres passou por mudanças nos diferentes cargos eletivos e no interior dos diferentes partidos. No entanto, como recordou recentemente Marisol Touraine⁵⁶: “não conheço mulher política (nem uma única!), que não possa falar durante horas de todos os comentários, olhares e até insultos de que foi alvo pelo simples fato de ser mulher”.

A esta declaração seguiu-se uma petição contra o machismo cotidiano dos homens políticos em relação às mulheres jornalistas e, em 2016, a criação de uma página on-line contra o “sexismo cotidiano” sofrido pelas assessoras e assistentes de políticos, na sequência do “caso Baupin”⁵⁷.

Na França, as mulheres representam atualmente 40% dos conselheiros municipais nas cidades com mais de 1.000 habitantes, mas só 16% do total de prefeitos (e 14,6% nas cidades com mais de 100.000 habitantes). O aumento foi particularmente espetacular para os cargos de conselheiros de departamento (antigos conselheiros gerais), uma vez que, antes da renovação de 2015, apenas 18% dos conselheiros gerais eram mulheres, contra 50% atualmente, devido à aplicação da paridade, mas apenas 8% dos conselhos são presididos por mulheres. Nos conselhos regionais, 48% são mulheres, mas apenas 3 mulheres presidem um dos 17 conselhos. Nas eleições legislativas de 2012, 40% dos candidatos eram mulheres, mas apenas 27% dos eleitos eram mulheres, e o Senado renovado em 2014 inclui 26,7% de senadoras. O governo de Ayrault teve uma representação quase igualitária pela primeira vez na França (48,6% incluindo o primeiro-ministro; em 2000 havia 27,2% de mulheres no governo Jospin e, em 2008, 35,1% no governo Fillon). No entanto, essa tendência de transformação não deve ocultar certos marcadores importantes: distribuição desigual, tipo de cargos

54 Ver os artigos na imprensa de 22 de junho de 2015 e seguintes.

55 Outra minoria é muito menos estudada do ponto de vista do seu lugar na política: HAIDER-MARKEL, 2010; LE TALEC, 2013.

56 NT: Marisol Touraine é filha de Alain Touraine, sociólogo, Alta funcionária, depois ministra socialista.

57 NT: Escândalo que, em 2016, levou à renúncia do vice-presidente da Assembleia Nacional francesa, Denis Baupin. O político foi investigado por agressões sexuais contra oito mulheres do seu partido, entre colaboradoras e dirigentes. Huffington Post, 29/4/2015; Libération, 5/5/2015.

“reservados” às mulheres, etc⁵⁸. O ofício da política continua sendo um ofício masculino e com diferenças marcantes nas condições de exercício das atividades entre os gêneros. As primárias presidenciais à direita e à esquerda em 2016-2017 podem “testemunhar” esse fato.

“A segregação horizontal das profissões é reforçada (aqui também) por uma segregação vertical” (Achin, 2005a, 2005b; Behr; Michon, 2014). Os papéis e os postos reservados às mulheres, mesmo quando a paridade é praticada, continuam a ser, na maior parte dos países, funções de segunda categoria, salvo algumas grandes exceções como Thatcher ou Merkel. Apesar de tudo, a feminização é um meio utilizado para tentar restituir uma certa legitimidade a profissões que foram alvo de críticas.

No que tange à questão da “mulher” na política (os efeitos que a chegada de mais mulheres a cargos de responsabilidade produz na política), as interpretações continuam a oscilar, tal como para outros tipos de feminização, nomeadamente patronal⁵⁹, entre o diagnóstico de conformismo (para estarem presente, as mulheres que conseguiram entrar na profissão adotam um papel masculino) e o prognóstico de uma transformação a médio prazo dos postos agora ocupados por agentes sociais dotadas social e “naturalmente” de qualidades intrínsecas (sentido de concretude, rejeição do confronto, disponibilidade para o compromisso) que deveriam alterar profundamente a própria definição da profissão política.

Ou, nas palavras da nova prefeita de Madrid, que até agora esteve fora da profissão política: a política é violenta demais, quero introduzir “os valores da cultura feminina: emoção, empatia, diálogo e escuta”⁶⁰.

O capital político é, de fato, condicionado pelo gênero, mas os trabalhos que documentam a paridade de um ponto de vista interseccional podem também mostrar que tipo – de um ponto de vista cultural e social – de pessoal político feminino “substitui” os políticos masculinos menos dotados de capital.

Do mesmo modo, do ponto de vista da diversidade⁶¹, apesar de certas cooptações entre as elites, o acesso a quadros políticos do pessoal “de origem imigrante” é ainda marginal na França. Em 2012, estima-se que os dois principais partidos (PS e UMP) apresentaram entre 2% e 3% de candidatos de origem imigrante na França continental. Alguns clubes “racializados”, como o *XXIème siècle* (uma alusão ao seu “mais velho”, o *XXème siècle*), serviram de trampolim para carreiras de elite no mundo dos negócios ou da política para essas novas elites (Rachida Dati, Fleur Pellerin, Rama Yade e Bariza Khiari estão entre os que vieram de tais clubes) (Mesgarzadeh, 2017). A Assembleia Nacional de 2012 conta com cerca de 5% de representantes eleitos com essa ascendência (incluindo os dos departamentos e territórios ultramarinos franceses). No entanto, como no caso das mulheres, é preciso considerar a distribuição desigual, os tipos de cargos “reservados” a essas pessoas e

58 ACHIN; PAOLETTI 2002; DULONG; LÉVÊQUE, 2002; ACHIN, 2005a; 2005b; ACHIN; LÉVÊQUE, 2006; BERENI, 2007; BERENI; REVILLARD, 2007; ACHIN; BARGEL; DULONG, 2007; PAOLETTI, 2008; NEVEU; GUIONNET, 2009; DULONG; GUIONNET; NEVEU, 2012; ACHIN; LÉVÊQUE, 2014.

59 Sobre as estruturas temporais masculinas, ver GUILLAUME; POCHIC, 2007. Sobre as mulheres diretoras de empresas, ver RABIER, 2013.

60 *YoDona*, revista semanal feminina do *El País*, em maio de 2014, citado no *Le Monde* de 12 de junho de 2014.

61 Sobre a política de castas na Índia, ver JAFFRELOT, 2011. Ver também DUTOYA, 2016.

outras clivagens que subjazem à tendência positiva de transformação.

Esses dois tipos de mobilização, das “mulheres” e dos “imigrantes”, ofuscaram uma terceira questão que esteve no centro da mobilização popular nos séculos XIX e XX: a entrada na política de agentes sociais provenientes das classes trabalhadoras (operários ou assalariados).

Em 2006, 30% dos franceses possuíam um diploma de ensino superior, mas entre os deputados essa porcentagem sobe para 82%. Os egressos das *grandes écoles* e os titulares de doutorado são sobre-representados na Assembleia Nacional e também no governo. Do ponto de vista profissional, o mesmo acontece com os professores, as profissões liberais, os altos funcionários (principalmente os *enarques*, que representam 5% da Assembleia, mas que representam entre 16% e 30% dos últimos governos) e, em menor grau, os diretores de empresas e os altos executivos.

Como em todas as profissões de representação, certos atores tendem a ser excluídos, mas também a autoexcluir-se. A política, tal como é praticada atualmente, nos e pelos partidos e meios de comunicação, repele a alta burguesia e os aristocratas (Agrikoliansky; Heurtaux; Le Grignou, 2011; Agrikoliansky, 2013; Spel, 2016), exceto em cargos que se tornaram raros localmente. No outro extremo do espaço social, os partidos que pretendem representar as classes populares não são, na sua grande maioria, liderados por indivíduos oriundos dessas classes.

A campanha eleitoral de 2012 de Philippe Poutou, metalúrgico e candidato do Novo Partido Anti-Capitalista, foi exemplar nesse sentido. A sua frase “A política diz respeito a todos nós, a gente tem que tomar conta do que é nosso e nos representar a nós mesmos” não gerou boa repercussão entre os jornalistas. A questão do vínculo representativo é sempre tensa entre a representação-delegação (fiduciária e/ou personificada) e a representação, como habilitação social, “idêntica”, dita “fotográfica”, que, desde o artigo de Griffiths e Wollheim (1960), é descrita como *descriptive representation* – expressão retomada e consolidada por Pitkin – na literatura da teoria política anglo-saxã. O debate normativo em torno da concepção correta de representação deu origem a uma literatura abundante nos Estados Unidos, muito mais do que na França, onde esse problema foi largamente antecipado pelos trabalhos de Bourdieu, Boltanski e Gaxie⁶², nos quais a sociografia não é meramente ilustrativa como em muitos outros trabalhos.

Como demonstrou Patrick Lehingue (2019), a diferença entre representantes da direita e da esquerda na França tornou-se menos nítida do que a demonstrada por Daniel Gaxie há 35 anos, o que põe em dúvida a hipótese de uma possível homologia estrutural entre representantes e representados; mas continuam a existir diferenças entre os eleitos dos dois principais partidos – os Republicanos e o Partido Socialista – em termos de suas origens sociais (mais populares na esquerda) e suas posições sociais conforme as hierar-

62 Jane Mansbridge, 1999, no seu artigo “Should Blacks Represent Blacks and Women Women? A Contingent ‘Yes’”, cita o artigo “How Can One Person Represent Another” de GRIFFITHS e WOLHEIM (1960) e adota o termo “representação descritiva” em vez de “espelho”. Ver também PITKIN, 1972; SAWARD, 2006, 2008; MANSBRIDGE, 2011. Sobre o debate sociológico francês, ver GAXIE, 1980; BOURDIEU, 1981; BOLTANSKI, 1982; OFFERLÉ, 1994, 2005, 2017.

quias de diplomas conquistados e de profissões exercidas antes da profissionalização.

No entanto, com base numa representação fotográfica, são os candidatos (e não os eleitos) da Frente Nacional que apresentam a menor distorção entre os candidatos e o eleitorado, se excluirmos os pequenos partidos de extrema esquerda.

Se as questões da paridade e da diversidade são objeto de controvérsia e de políticas públicas e partidárias, a questão da representatividade de diferentes classes sociais nos cargos políticos resta marginal no debate público, pelo menos em termos diretamente socioprofissionais. Isto se deve também ao fato dos partidos políticos terem deixado de ser (para alguns) escolas de formação e de promoção políticas. O direito de entrar nos debates internos depende de competências políticas, que variam de partido para partido e tem a ver com o estatuto e a trajetória social. Uma grande parte da atividade de mobilização foi delegada a profissionais da ativação eleitoral e uma parte significativa da atividade de reflexão programática foi capturada por *think tanks*, embora essas instituições sejam ainda pouco desenvolvidas na França em comparação com outros países⁶³. As primárias socialistas (Lefebvre, 2016; Lefebvre; Ethuin, 2015), tal como as primárias de direita, que foram amplamente apresentadas como uma forma de abertura da profissão política, atraíram um eleitorado mais vasto do que o corpo partidário para escolher o seu candidato nas eleições presidenciais, mas que era “censitário” em rela-

ção ao eleitorado real (sobre-representação daqueles com ensino superior completo). A maior parte das associações e dos movimentos sociais é dirigida por representantes das classes médias e altas intelectualizadas. Só os sindicatos de trabalhadores têm uma representação (ainda que distorcida) mais próxima da dos assalariados franceses, mas os seus dirigentes (também profissionalizados) têm pouca influência na profissão política. Exceto na educação.

2.3. A questão da confiança

Na maioria dos países, a questão da “confiança” é posta de modo direto à profissão política e aos seus titulares; confiança que podemos ter neles, uma vez que as associações imediatas que são feitas se referem à corrupção e à incapacidade de cumprir promessas. O financiamento ilegal dos partidos políticos (e a existência de “micro-partidos”) e das campanhas eleitorais é uma prática recorrente que as sucessivas leis não conseguiram barrar completamente⁶⁴. É verdade que uma minoria (na França, foram registrados cerca de uma centena de casos de acusação ou de suspeita; será que isto deve ser visto como mais uma prova da sua impunidade, enquanto críticos da “classe política” veriam milhares de potenciais réus?) de políticos foram processados e condenados⁶⁵: seja por favoritismo, captação ilícita de interesses, financiamento oculto de partido político, retro-comissões em “mercados

63 TABBAGH, 2009; OFFERLÉ, 2011; PATARD, 2014; POMMIERS, 2015; MEDVETZ, 2012.

64 Ver LEHINGUE, 2008; 2010; PHÉLIPPEAU, 2011; LASCOUMES, 2011; FRANÇOIS; PHÉLIPPEAU, 2015.

65 Poucos foram presos. Ver, sobretudo, as seguintes páginas on-line (lista dos eleitos suspeitos ou condenados pela justiça), muitas vezes mais preocupadas com a denúncia do que com a sistematização e qualidade da informação: STASSE, 2012; <http://pierre.parrillo.over-blog.fr/article-liste-des-elus-ps-et-de-gauche-condamnes-98170356.html>, <http://www.lekiosqueauxcanards.com/front-national-le-parti-ayant-le-pourcentage-le-plus-important-d-elus-condamnes>, <http://www.politicards.fr/politicards-d.html>, <http://blogs.mediapart.fr/blog/ribouldingue/130413/tous-pourris>. De uma forma mais consistente, a Transparência Internacional e a Anticor fornecem dados e indicações sobre essas questões: Transparência Interna-

soberanos”, ocultação de patrimônio⁶⁶, ou ainda enriquecimento pessoal ou aproveitamento de serviços sexuais. Porém, esses casos são suficientemente emblemáticos para impactarem o conjunto da profissão e formarem uma aura negativa em torno dele: a clivagem povo-elite, que se tornou uma rotina no debate público, baseia-se nessa desconfiança em relação à honestidade dos dirigentes políticos. No mais, a prática da passagem de altos funcionários públicos e políticos do setor público para o sector privado não está isenta de problemas de conflito de interesse (Hirsch, 2010)⁶⁷.

A assimilação de cargos eletivos = salários elevados = possibilidade de viver e enriquecer às custas do contribuinte = acúmulo de mandatos = interesse corporativo = conivência e favoritismo = indiferença ao sofrimento dos representados, ganhou força. A ideia de que os políticos, de todos as tendências e posições, se beneficiam pessoalmente, no seu cotidiano, dos favores devidos ao seu cargo foi perfeitamente ilustrada pelo caso do primeiro-ministro Manuel Valls, que viajou com os filhos de avião ministerial de Poitiers para Berlim, para assistir à final da Liga dos Campeões, em junho de 2015.

Mesmo se os políticos franceses não são, de longe, os mais corruptos do mundo, isso não impede que leis cada vez mais restritivas sejam estabelecidas para assegurar a transparência da vida pública e para lutar contra a corrupção. O caso “Cahuzac” (2012-2013), sobrenome do ministro socialista do orça-

mento, mostrou que ele tinha uma conta bancária não declarada na Suíça, mesmo tendo negado o fato diante da Assembleia Nacional. Constrangido a pedir exoneração do cargo, foi condenado em seguida a uma pena de 5 anos de inelegibilidade, 300.000 euros de multa e dois anos de prisão (pena convertida em tornozeleira eletrônica). Depois do voto dessas leis anti-corrupção dos anos 2010 e da criação de um setor de juízes especializados, a Procuradoria Nacional das Finanças, um número não negligenciável de políticos foram condenados a penas de inelegibilidade.

O caso mais célebre ocorreu no início de abril de 2025, com Marine Le Pen, dirigente do partido de extrema direita Reunião Nacional, candidata por três vezes ao cargo de presidente, presente no segundo turno em 2017 e 2024 e com uma posição confortável à frente nas sondagens para as eleições de 2027. Le Pen foi condenada a 4 anos de prisão, sendo dois em regime fechado, 1.000.000 de euros de multa e 5 anos de inelegibilidade, com execução imediata (ou seja, antes de interpor recursos à sentença), por “desvio de dinheiro público”. De fato, seu partido e a própria Le Pen utilizaram a verba destinada a remunerar seus assistentes parlamentares no Parlamento Europeu para que trabalhassem a serviço do partido e não do Parlamento. Essa inelegibilidade imediata deve, portanto, impedir Marine Le Pen de se apresentar às próximas eleições presidenciais. Desde então, os dirigentes do RN têm conduzido uma campanha de críticas contra o “governo dos juízes”, a “justiça política” e “o direito contra o povo”, que se opo-

cional, Relatório 2013, http://www.transparency-france.org/e_upload/pdf/rapport2013_transparency_france_031213.pdf, e Anticor <http://www.anticor.org/presentation/plaidoyer-anticor/>. “A ANTICOR é uma associação fundada em junho de 2002 por Éric Halphen e Séverine Tessier para combater a corrupção e restaurar a ética na política”. Ver também SERVIÈRE, 2015.

66 As medidas de transparência da vida política adotadas na sequência do caso Cahuzac são ainda pouco restritivas. Ver as páginas on-line do CNCCFP e do HATVP.

67 Sobre acúmulo de mandatos como um possível conflito de interesses, ver LE LIDEC (2012) e MÉNY (2013).

riam à soberania do povo, privando-o, assim, da liberdade de escolher seus governantes. A dirigente do RN foi vigorosamente apoiada por Donald Trump, Elon Musk, Vladimir Putin, Viktor Orban e Jair Bolsonaro.

Aqueles que apoiam o julgamento o fazem em nome do respeito à lei votada e ao Estado de direito, em referência à lei republicana. O fato dos políticos atentarem contra a probidade é, nesse caso, considerada como um desrespeito à confiança dos cidadãos e cidadãs.

“O extraordinário mal-entendido que afasta os governados dos governantes, fazendo-os crer que pertencem a espécies humanas diferentes” a que se referia Valéry Giscard d’Estaing (1988), gerou um “abismo (crescente, irremediável), uma ruptura (profunda, perigosa, dramática), fratura, dívida, oposição, divergência, clivagem”. Estes são

os termos mais frequentemente encontrados nos debates midiáticos sobre a atual relação entre o povo e as elites⁶⁸.

Essa apreciação é tanto mais válida quanto a capacidade de “resolver os problemas das pessoas” por intermédio da margem de manobra política e do voluntarismo é muito mais limitada do que se pensa. Ademais, o tempo das campanhas e das promessas raramente está em sintonia com o tempo da gestão e do controle do aparelho de Estado (ação pública, arbitragem interministerial, batalhas interinstitucionais no seio das burocracias e nas RIM – reuniões interministeriais, que são mais de 1.500 por ano⁶⁹ – espécie de caixa preta, muito menos questionada e estudada pelos jornalistas, ou mesmo pelos pesquisadores, do que a política feita às claras, a política partidária).

Box 3

O trabalho sujo da delegação democrática: quem defende a profissão política?

Com exceção dos raros retratos positivos, como os de Marcel Garrouste ou André Dilain, citados na introdução deste texto, ou de elogios fúnebres, como esta homenagem de pares e militantes na ocasião da morte de Pierre Gosnat (<http://ivrymaville.ivry94.fr/14238/hommage-unanime.htm>), prefeito de Ivry, político profissional comunista e descendente de uma linhagem de “revolucionários profissionais” (antes mesmo de Venise e Georges), ou ainda os relatos das raras personalidades que conseguem encontrar o seu lugar entre os cidadãos atualmente mobilizados contra os políticos, é difícil encontrar na internet qualquer tomada de posição que lhes seja favorável. Basta escrever “dedicação e políticos” num motor de busca que os resultados serão unânimes. São alguns exemplos os romances, filmes e séries de televisão que proliferam atualmente, como a trilogia de Marc Dugain ou *Le Baron noir*, de Éric Benzekri e Jean-Baptiste Delafon. Em vez disso, encontramos aglomerados de nomes em torno de questões de corrupção (para enriquecimento pessoal ou para financiar a sua própria empresa política). Optamos por apresentar aqui dois relatos que nos permitem refletir sobre os dois extremos da profissão: o dos prefeitos de pequenas cidades rurais, alguns dos quais são quase profissionais, mesmo que não joguem no mesmo time ou no mesmo nível que os grandes profissionais, e o do presidente da República. Estes dois exemplos opostos permitem também refletir, para além de uma posição engajada e hostil, sobre os profissionais no seu conjunto. Se os dirigentes partidários têm responsabilidades particulares nesses problemas, todos nós – cidadãos, comunica

68 Entre muitos outros, ver RIOUFOL, 2010; GAUCHET, 2010. Para uma análise sociológica, ver BUTON; LEHINGUE; MARIOT; ROZIER, 2016.

69 Cf.: EYMERI-DOUZANS, 2015; BIGAUT, 2015; DREYFUS, 2000; e CULPEPPER, 2010.

dores, jornalistas, comentadores, ensaístas e até sociólogos – temos, em graus diversos, motivos para nos censurar. Ao procurarmos o cliente por detrás do ativista, ao descobrirmos por detrás do empresário político o caçador de cargos e prebendas, ao suspeitarmos que por detrás de uma tomada de posição haja uma ação necessariamente egoísta, também contribuimos para reduzir os jogos partidários a puras relações de poder. Sem cair num apaziguamento excessivo ou na ingenuidade, por vezes vale a pena lembrar que a delegação democrática concedida aos representantes políticos inclui também uma quantidade significativa de “trabalho sujo”, que poucos cidadãos aceitariam assumir sozinhos.

Em um artigo do jornal *La Voix du Nord* (26/12/2013), os prefeitos são apresentados assim:

“Ser prefeito de uma pequena cidade significa dedicação total, não se dorme todas as noites.” Temos as eleições. Os cortes de fita. As cerimônias que precedem o casamento civil ou religioso (‘les vins d’honneur’). E depois há todo o resto. O que é que significa realmente ser prefeito? Em vésperas de ano eleitoral, perguntamos aos eleitos de Caudrésis-Catésis.

Hoje, falam-nos do seu... ofício.

“Ser prefeito não é um trabalho, é um sacerdócio. Numa pequena cidade, é preciso fazer tudo, e isso ocupa muito tempo”. O eleito que nos concede a entrevista é experiente. Como ele sabe, por experiência própria, o seu “ofício” exige a utilização de todo um arsenal de competências. Mas, bem, quando se trata de questões técnicas, há os funcionários municipais, não é verdade? O prefeito multitarefas não hesita em desmentir essa ideia. [...] “A gente tem que dar conta de tudo, dos conflitos de vizinhos... Ainda esta manhã, tive de usar a minha lâmina de barbear para cuidar das flores”. (...) “Tem também muito de social. Um prefeito tem de assumir responsabilidades em muitos lugares. [...] Tento fazer tudo o que o meu trabalho enquanto prefeito e a minha vida profissional me permitem. Quando se tem de terminar um trabalho para um cliente, não se para às 4 da tarde para ir a uma reunião em Cambrai”.

Outra função? Esta é um pouco incômoda: a financeira.

“O mais difícil é conseguir financiamento. É sempre preciso ralar muito. Não sei se é um problema que temos na França, mas a passividade dos órgãos responsáveis... mesmo assim... por vezes, coisas que podiam ser feitas em três semanas demoram seis meses”.

“O prefeito é também o político mais próximo da população. E, portanto, o primeiro ponto de contato para as políticas de... outros. Este ano, tive de explicar às pessoas porque estavam sendo taxadas...”, diz este eleito de longa data. O prefeito destaca também “uma explosão contínua de constrangimentos administrativos e regulamentares impostos pelo Estado, que nem sempre são compreensíveis para a nossa população. Isso aumenta ainda mais o abismo...”

“Já não temos todos os poderes e, quando não podemos fazer alguma coisa, temos de aguentar as queixas. Vamos acabar por não ter poder nenhum”, diz este colega (...). Em suma, “temos de corresponder cada vez mais às expectativas da população com cada vez menos recursos... Temos de realizar projetos com menos repasses... Ao mesmo tempo que pomos em prática coisas como a reforma do horário escolar, que vai custar o olho da cara...”

“Não podemos funcionar com sutilezas”, resume este experiente prefeito. “Hoje, o meu mandato é quase um trabalho a tempo integral...Tenho mais de mil almas sob minha responsabilidade. Tenho de ser rigoroso a toda a hora”. Sim, conclui este outro prefeito, “nem sempre se pode fazer tudo o que se quer, mas a vida é assim”. Sim, “agora é um trabalho. Mas é um trabalho apaixonante!”⁷⁰

Philippe Caubère, ator, a respeito de “Un président ne devrait pas dire ça”, de Gérard Davet e Fabrice Lhomme (Libération, 21/11/2016):

“Mas depois, ao ler este livro, já não entendia nada. Onde é que estava o crime, a indignidade, a vergonha de que todos os apresentadores de jornal e colunistas políticos falavam o dia todo? Pelo contrário, o que li foi o quotidiano pouco invejável e chocante de um homem que tenta

70 Sobre os novos prefeitos rurais, ver VIGNON, 2016.

conciliar o inconciliável: as leis da economia e as da sociedade. As terríveis limitações do mercado e os igualmente terríveis problemas do nível de vida das pessoas. Ele [o presidente] falha muitas vezes, mas é preciso reconhecer quando consegue dar conta do recado. E, no fim das contas, isso acontece com frequência.

Vi como este homem trabalha 24 horas por dia para assegurar a ‘posição da França’ nos piores conflitos do mundo, como se envolve ou não, mas de uma forma ponderada e sobretudo bem sucedida. O que, apesar de tudo, nesta época de ódio à guerra, é um feito e tanto”.

Pode-se acrescentar esse testemunho de um blog bastante caótico, Le Kiosque aux Canards:

“(…) e que não se pode dizer, com uma taxa de 99,65% de eleitos nunca condenados ou acusados, que a classe política francesa é dominada por uma ‘corja de corruptos’”.

Essa visão do ofício da política é corroborada pelos numerosos comentadores que escrutinam os profissionais e que fazem dessa profissão a mais falada e a que mais presta contas diariamente, se não imediatamente. As transformações que afetaram a imprensa transformaram também a forma como ela trabalha com os seus parceiros-rivais, os políticos. A relação entre os campos midiático e político alterou-se como resultado de uma profissionalização paralela e de uma crescente interpenetração desses dois mundos. Para existir na cena política nacional, o político tem de se destacar junto aos seus pares no âmbito do *cursus honorum* que lhe é imposto pelas provas partidárias e eleitorais (tornar-se indispensável, fazer campanha, controlar, investir, ser investido, enfim, acumular esse tipo particular de capital social na política denominado capital político), mas deve também se expor na mídia e confirmar aos jornalistas os atributos que acumulou. Como mostram alguns trabalhos (Kaciaf, 2013; Riutort; Leroux, 2013), os jornalistas já não estão interessados no que tradicionalmente costumavam

registrar e reproduzir (o jornalismo político parlamentar como o pináculo da legitimidade política), mas na capacidade de aparecer na imprensa e sobretudo na televisão, a fonte de informação preferida dos leigos adultos e mais velhos, e mesmo na internet, sobretudo para os leigos mais jovens, de diferentes maneiras (*tweets*, *Facebook*, *LinkedIn*, *hashtags*, *YouTube*, *blogs*, “ecosistemas de informação” entre amigos). É necessário examinar os efeitos da internet e os novos limites do horizonte democrático para não cair na armadilha da fascinação ingênua pelas novidades, como mostra o trabalho de Anaïs Théviot (2014, 2015)⁷¹. A abertura da esfera pública a novos espaços de enunciação destrava regimes privados de enunciação e pode permitir que empresários (políticos e/ou econômicos) detectem “sinais fracos” e os promovam na política. A imprensa pode, então, tornar-se um amplificador e comentador das opiniões e rumores que circulam na internet⁷². Os debates sobre as virtudes e os perigos da utilização da internet e do “Big Data” na política não estão prestes a acabar⁷³. De uma forma mais

71 Ver também CARDON; GRANJON, 2010. A petição on-line pode ser ilustrada pela página Change.org.

72 Sobre esta questão, ver CARDON, 2013.

73 Para uma discussão sobre Big Data, ver OLLION; BOELAERT, 2015; e CARDON, 2013. É possível visitar uma famosa página norte-americana, que já foi utilizada por vários candidatos na campanha francesa de 2017: <http://nationbuilder.com/>.

geral, a reportagem jornalística deixou de se centrar nos programas políticos para se centrar nas “frases de efeito”, nas apostas, nos escândalos, nos relatos (Salmon, 2008), na decifração de antecipações e táticas, na busca biográfica personalizada do político e de suas equipes num sentido amplo (os seus colaboradores, as suas “redes”, as suas pessoas de confiança e até os seus clientes e companheiro/a/s), e na promoção da “modernidade política” nos métodos de angariação de votos e apoios. A profissionalização dessas equipes implica uma espécie de “corrida às armas simbólicas”, para usar a expressão de Erik Neveu, com cada parceiro rival antecipando as táticas do outro. O aumento de informações de tipo “urgente” e ininterruptas transformou a informação política e reduziu a sua profundidade e espontaneidade, uma vez que os políticos trabalham agora com “elementos de linguagem” mais ou menos uniformes, controlados e estéreis. Se a mídia não pode produzir sozinho o sucesso de um político (Darras, 1995; 2008; Delpierre, 2015), embora ratifique as trajetórias exitosas no interior dos partidos, ela pode, no entanto, acelerar uma carreira e fornecer o “capital midiático” que é agora essencial para uma carreira nacional de sucesso. Ademais, os *outsiders* podem existir graças às oportunidades acrescidas de acesso aos meios de comunicação políticos (Canal Parlamentar, BFM, TV, ITV, LCI), ou de aparecer em outros meios de comunicação, que tratam os políticos de uma forma diferente (revistas femininas ou a chamada imprensa *de celebridades*).

Ao analisarem as obras recentes de políticos que falam de si próprios, Érik Neveu e Le Bart (Neveu, 2003b; Le Bart, 2013) constatarem que certas proibições anteriores à expressão das emoções foram suspensas: desenvolvimento do biográfico, mistura das

esferas pública e privada, cobertura na imprensa dita *de celebridades*, aparições em programas “não políticos” conduzidos não por jornalistas mas por apresentadores, durante os quais o político deve demonstrar as qualidades pessoais que seriam as dos agentes sociais comuns (humor, arte da réplica, revelação da sua intimidade, da sua autenticidade e dos seus afetos, talentos diversos como saber cantar), jogando o jogo da proximidade (Le Bart; Lefebvre, 2005). Segundo Neveu (2003b), essa ideia de “informalização” (“um esforço consciente para reaprender a lidar com as emoções primárias, os impulsos reprimidos”) permite compreender esse relaxamento controlado que exprime a ação política “em categorias menos abstratas e fundamentais (Interesse Geral, Programa, Doutrina)”.

A “espetacularização da vida privada”, o “sensacionalismo”, o “*infotainment*” são categorizações jornalísticas (Darras, 2008; Dakhli, 2008) que se referem a formas de amplificação das estratégias de comunicação dos *spin doctors*, políticos que acompanharam e aceleraram as mudanças na profissão jornalística (no seu recrutamento, no seu modo de trabalho e na sua forma de escrever). Uma forma de tornar a política mais acessível ao maior número possível de pessoas: sobrepondo o jogo aos temas que estão em jogo.

2.4. Empreendedores morais

A crise da representação política tornou-se uma questão pública que não se limita ao círculo dos ensaístas e dos publicistas, mas que se estende para muito além deles. De acordo com o barômetro de confiança política elaborado pelo Cevipof, uma fonte frágil mas interessante de acompanhar por um longo período de tempo, essa confiança

tem diminuído constantemente desde a sua criação em 2007. “Desconfiança” e “repulsa” são as palavras sugeridas pela sondagem que mais aprovação suscitam. No inquérito Louis Harris, realizado em 1979, por ocasião dos casos Boulin e dos diamantes Bokassa⁷⁴, 43% dos inquiridos consideravam que “os políticos em geral estão muito mais preocupados com os seus interesses pessoais do que com o bem comum”; contra 45% que consideravam que “os políticos em geral fazem o que podem para gerir o país visando ao bem comum. Os que não o fazem são a exceção” e 12% não tinham opinião. Atualmente, de acordo com o barômetro “Confiança” do Cevipof, quando se pergunta “Quando você pensa em política, o que vem à sua cabeça?”, as respostas “desconfiança” e “repulsa” alcançam, respectivamente, 39% e 34% (Cevipof, 2016).

Os empreendedores morais gozam, portanto, de boa reputação e podem propor soluções para um problema que ajudaram a identificar e a colocar na ordem do dia ou mesmo nos espaços de decisão das políticas públicas – como moralizar, reformar ou mesmo suprimir a “profissão” política? – (Neveu, 2015).

As organizações rotuladas de populistas estão frequentemente à frente de campanhas de estigmatização dos políticos no poder, todos eles denunciados como corruptos, podres, parasitas, não representativos, indiferentes ao sofrimento do povo, ou mesmo vendidos a forças ocultas e a potências estrangeiras, unidos entre si e solidários (o sistema, o *establishment*, a

UMPS⁷⁵, a “casta”). Como disse Beppe Grillo na Itália: “A luta de classes foi substituída pela luta de castas ou, melhor, a luta entre aqueles que produzem riqueza, os serviços sociais, e as classes parasitárias, as castas” (*Blog di Beppe Grillo*, 7 juillet 2013, *Lotta di casta*). E ainda, este comunicado de imprensa de Steve Briois, dirigente da Frente Nacional: “Esta é a prova de que Marine Le Pen acerta em cheio, e que a casta a quem ela quer retirar o controle e devolvê-lo ao povo tem medo de perder suas prebendas” (21/11/2011).

Para além desses *slogans* de denúncia das elites políticas e econômicas cosmopolitas, procuraríamos em vão, no seu programa de celebração da justeza do “popular”, a menor proposta de transformação da profissão política, que não seja a sua substituição por uma nova geração “saúdável” oriunda das fileiras desses partidos e pela prática de uma democracia plebiscitária de apelo ao povo por um líder, através de referendos. O projeto atual da Frente Nacional analisa o funcionamento da democracia francesa da seguinte forma:

Afora o desprezo pelo referendo, os franceses estão habituados a que os seus representantes traíam os compromissos que assumiram com eles nas eleições. Esta falta de lealdade reforça o sentimento de que o voto popular já não tem qualquer influência nas decisões efetivamente tomadas. Esta desconexão entre o povo e os seus representantes eleitos, esta quebra do contrato de confiança entre os eleitores e os seus representantes, alimen-

74 Trata-se de um “caso” dos anos 1970. Robert Boulin era um importante político de direita que foi encontrado afogado em um lago. Uma investigação superficial concluiu por um suicídio. O caso resta sem solução desde 1979. É provável que se trate de um assassinato. O caso dos diamantes de Bokassa, por sua vez, surge após a queda do ditador centro-africano. Bokassa ofereceu pedras de diamante ao presidente Giscard d’Estaing. O caso viria interferir na campanha presidencial de 1981.

75 NT: União por um Movimento Popular, partido político fundado por Jacques Chirac em 2002.

ta comportamentos contrários à moral pública, que se encontra atualmente em grande descrédito na França. Os eleitos que se sentem independentes do mandato que lhes foi confiado pelo povo consideram-se livres de se comportarem sem preocupação pelo bem comum, sem respeitarem as exigências do serviço da República⁷⁶.

Junto à representação proporcional, à proibição do acúmulo de mandatos e aos referendos, o projeto prevê:

No que diz respeito à boa gestão do dinheiro público, convém tornar obrigatório, como na maior parte dos países democráticos, que todos os executivos tenham as suas despesas controladas pelos respectivos conselhos ou câmaras, sendo o Executivo nacional controlado pelo Parlamento.

Tirante essas propostas, um vasto leque de soluções tem sido apresentado desde que a crise da representação se tornou, mais do que um problema público, uma questão de debate público. É possível intervir em um conjunto de fatores que determinam as formas de acesso e de exercício dos mandatos eletivos e das direções partidárias, de modo a melhorar ou transformar, em maior ou menor grau, a chamada democracia representativa.

No mínimo, trataria-se de estabelecer um verdadeiro estatuto dos eleitos que reunisse as medidas dispersas que foram sendo tomadas à medida que a profissão política

se desenvolvia. Entre essas medidas, as mais simples e polêmicas seriam a limitação clara e drástica do acúmulo de mandatos, a fixação de um limite de idade para o exercício da profissão política e a limitação do número de mandatos que um eleito pode exercer ao longo de um período de tempo determinado⁷⁷. Em termos lógicos, isto significaria que o exercício de cargos eletivos seria apenas temporário e intermitente, e que a lei imposta por uns ou improvisada por outros (por exemplo, na gestão municipal em Grenoble) se tornaria a regra. Os teóricos de uma política de outro modo ou alternativa estão longe dessas questões (Comité Invisible, 2007, 2014; Collectif Mauvaise, 2014; Boyd; Mitchell, 2015.). As experimentações e os cálculos matemáticos poderiam permitir avançar sobre o angustiante paradoxo de Condorcet. O voto por notação, ou por aprovação, foi objeto de experiências (não só no seio da *Mathematical Association of America*, que utiliza um sistema de notação para eleger os seus dirigentes), mas em vários outros países e, na França, em Louvigny, Estrasburgo e Saint-Etienne, de forma fictícia durante as eleições presidenciais de 2012. François Hollande teria ganho essas eleições utilizando um desses métodos contabilísticos, mas a classificação dos seus concorrentes teria sido diferente segundo o tipo de avaliação (Baujard *et al.*, 2014)⁷⁸. Foram efetuadas experiências sobre as formas de mobilização eleitoral, nomeadamente por Céline Braconnier (2012)⁷⁹.

76 Página on-line da FN, acessada em 3 de maio de 2015, aba “Democracia”.

77 René Dosièrre, antigo deputado do PS, eleito em 2012 como candidato independente, especializou-se em decifrar as despesas das diferentes instituições políticas e em promover uma maior aceitação social do pessoal político. Ver DOSIÈRE, 2012, 2013. Ver também o seu blog, <http://renedosiere.over-blog.com/>.

78 De modo mais geral, sobre estas questões, ver BALINSKI, 2004: o autor relata a experiência do voto por notação em 26 de abril de 2002, em Orsay e Gy-les-Nonains. Outros tipos de intervenção sobre o voto incluem a ativação do recenseamento eleitoral, o reconhecimento do voto em branco, o voto obrigatório, a ampliação do eleitorado até aos 16 anos, o voto dos estrangeiros nas eleições municipais e o voto na Internet.

79 Ver também LIÉGEY; MULLER; PONS, 2013. Os autores criaram agora “uma start-up de estratégia eleitoral”.

No que se refere ao recrutamento de pessoal político, a questão da paridade de gênero não está resolvida na França, mas existem alguns instrumentos jurídicos para a alcançar, o que é mais problemático para a questão da diversidade, uma vez que esta “minoría visível” não é estatisticamente objetivada, o que torna mais complexa a fixação de quotas. No que se tange à renovação da origem social do pessoal político, existe uma campanha discreta, mas contínua, para impedir que funcionários públicos se lancem na profissão política, obrigando-os a se demitir dos seus cargos quando se candidatam a eleições – o que já é uma obrigação no Reino Unido, por exemplo. Por detrás dessa desconfiança em relação aos funcionários públicos, há a exigência de uma maior abertura às “pessoas do setor privado”, ou melhor, aos que conhecem o mundo dos negócios: para seus defensores, uma maior penetração dos meios empresariais na política seria a garantia de uma consideração realista dos criadores de riqueza que os empresários representam. Uma espécie de eco do apelo aos “homens especiais” de que falava Eugène Schneider, em meados do século XIX, para favorecer o acesso de especialistas ligados à economia e diretores de empresas aos cargos de responsabilidade, como foi em parte o caso do corpo legislativo do Segundo Império, regime em que os homens de negócios e os empresários foram os mais numerosos da história eleitoral francesa (Offerlé, 1995,

2007). Em 2014, durante as eleições municipais, a CGPME (Confederação das Pequenas e Médias Empresas) reativou um artigo nos seus estatutos que encorajava os seus empresários a tomar posição sobre a votação de impostos. No mesmo ano, os Arvernes, um grupo de grandes empresários, publicaram um artigo no *Le Monde*⁸⁰ encorajando os empresários a assumirem responsabilidades políticas. A essa iniciativa seguiu-se um “Manifesto pelo engajamento cívico das empresas e dos seus funcionários a fim de facilitar o seu acesso aos mandatos públicos e conectar a empresa e o político”, iniciado pelo *Cercle de l'Excellence* RH e apoiado por um grupo de grandes empresários. A ideia é estabelecer mais pontes entre o mundo da política e o mundo dos negócios, aumentar a formação, trocas e circulação de saberes, e encorajar os empregados de empresas com mais de 250 empregados a tirar uma “licença política”⁸¹. O *Institut de l'entreprise* mobilizou-se recentemente sobre esse tema, publicando um relatório sobre “Abertura do mercado político” e “Reformar o reformador”, tema da sua assembleia geral de 2017⁸².

Para além dessas questões, não há muito o que se possa fazer. A profissão política deve pertencer a indivíduos que tenham adquirido responsabilidades na chamada sociedade civil ou nos partidos políticos. A promoção de membros da sociedade civil⁸³ foi apresentada por alguns governos como uma forma de responder às críticas sobre a

80 “Precisamos de mais representantes eleitos das empresas”, 18/3/2014.

81 Les Echos, 23/9/2015 “Devemos ajudar os trabalhadores a se envolverem na política” e “Manifesto para o empenhamento cívico das empresas e dos seus trabalhadores, a fim de facilitar o acesso dos trabalhadores do setor privado aos mandatos eleitorais públicos e conectar as empresas à política”.

82 *Nota do Instituto*, novembro de 2016. Ver também COSTA; BEHM, 2013, e o *Livro Branco*, 2016, da *Génération entreprise* (liderada por Olivier Dassault e Jean-Michel Fourgous) que reúne deputados de direita que atuam para a reinserção das empresas no debate político.

83 Os testemunhos de dois ministros da “sociedade civil” sobre a sua experiência são bastante sintomáticos deste ponto de vista: MER; COIGNARD, 2005, e FERRY, 2005.

profissionalização da política. Alguns ministros e mesmo primeiros-ministros nunca foram candidatos (D. de Villepin), ou foram derrotados (B. Kouchner) ou foram candidatos depois de terem exercido tais cargos (R. Barre). A outra sociedade civil, a do início dos anos 1990 no leste europeu, desapareceu ou profissionalizou-se, e a dos “indignados” continua a ocupar lugares de protesto mais que de poder. Mas é a “unção do sufrágio universal”, ou pelo menos a “coragem de enfrentar o sufrágio universal”, a condição necessária mas não suficiente para iniciar uma carreira. A abertura da profissão política à “sociedade civil” esbarra em duas aporias: a dificuldade de um “amador”, um “ocasional”, em respeitar os códigos e os papéis instituídos, fato sempre lembrado pelos jornalistas (ver as experiências de Michèle Barzach em 1986, dos ministros não políticos do governo Rocard em 1988, ou de Francis Mer e Luc Ferry em 2002). Além disso, essa chamada sociedade civil é igualmente elitista no que diz respeito às suas condições de “recrutamento”: os seus porta-vozes são também, na sua maioria, superqualificados.

Ir além disso implica ir contra as regularidades que permitem compreender as formas de seleção política. É juridicamente possível, mas sociologicamente improvável, querer transformar os eleitores em elegíveis temporários, a não ser que se rompa com a lógica da democracia representativa e se utilize o arsenal tecnológico que os defenso-

res da democracia participativa (Blondiaux, 2008; Boutaleb; Roussel, 2009; Blatrix, 2009)⁸⁴ têm progressivamente estabelecido, recorrendo a diversas formas de escolha de membros de fóruns de especialistas leigos, indo do sorteio completo (Sintomer, 2011), como no caso da composição de um júri popular, a novas formas de referendos⁸⁵. As campanhas eleitorais de 2017 abriram o campo para uma série de iniciativas reformistas, como *Nouvelle Donne* (criada em novembro de 2013), *Bleu Blanc Zèbre* em torno de Alexandre Jardin, *La Primaire.org* (que escolheu Charlotte Marchandise – que é secretária municipal de Rennes – como candidata para 2017), *La Vraie primaire* e *La Primaire des Français*, por exemplo, que combinam mobilização cidadã, camuflagem semi-profissional, auto-promoção e publicidade empresarial.

O campo do ensaísmo sobre esses temas ou do magistério reformista é muito vasto, como nos demonstram em particular os trabalhos de Rosanvallon e Badiou (Rosanvallon, 2006, 2008, 2011, 2015; Badiou; Gauchet, 2014). Em *Le bon gouvernement* (2015), Rosanvallon completa essa revisão da democracia com uma distinção bastante clássica – à margem dos novos rótulos – entre “democracia de autorização” e “democracia de exercício”. A ideia de controle da ação pública não pode, no entanto, ignorar a caixa preta das lutas de poder pouco midiáticas, abafadas ou travadas no interior mesmo do chamado Estado. A po-

84 Ver: a Revue *Participations*; também LEFEBVRE; ROGER, 2009; a página da Open Government Partnership (<https://www.etalab.gouv.fr/ogp>) e todas as iniciativas de associativismo e de empreendedorismo das chamadas start-ups cidadãs ou *Civic Tech*, Open Democracy, cujos projectos incluem: “Compreender a política, renovar as instituições, participar na democracia, acompanhar a ação pública”, Voxe.org (“Toolbox for the connected citizen”), GOV (“The weather of opinion”). Change.org é uma plataforma internacional de petições on-line. Cf. DEBES, 2016.

85 Ver também a experiência islandesa, um tanto tímida, com os dois referendos, um sobre o reembolso da dívida (2010-2011) e o outro, um referendo constitucional, sobre as propostas de um conselho constitucional de 25 cidadãos, em 2012. Agradeço a Patrick Lehingue por ter chamado a minha atenção para este ponto.

lítica em público atrai mais atenção do que as políticas públicas.

As diferentes variantes de transição para uma Sexta República (ver nomeadamente os projetos do Partido de Esquerda que, em caso de vitória, elegeria uma Assembleia Constituinte) estão orientadas mais para uma reforma institucional (referendo de iniciativa popular, supressão da eleição do presidente da República por sufrágio universal, representação proporcional, desenvolvimento da democracia participativa, referendo revogatório...) do que para uma reflexão sobre a profissão política. O grupo de trabalho sobre o futuro das instituições, co-presidido pelo historiador Michel Winock, que não incluía nenhum sociólogo, continuou num quadro muito limitado e muito institucional, sem dúvida essencial, mas que conduziu a um tratamento “de cima para baixo” de uma questão de representação ainda mais profunda.

Um segundo tipo de mobilização diz respeito à transformação dos partidos políticos. Podemos passar rapidamente pelas mudanças de nome dos partidos, que não são sem importância, mas que têm mais a ver com a perpetuação de uma marca do que com a reforma da profissão. A crítica aos partidos é constante na França, sob vários aspectos: lutas entre correntes e tendências internas, cultura do ódio intrapartidário, conchavos e eleições duvidosas, marginalização dos

militantes, recrutamento de dirigentes provenientes de categorias pouco representativas do conjunto da população, ausência de pensamento programático a longo prazo, falta de preparo para o exercício do poder...

Poucos partidos ou políticos refletiram recentemente sobre o que significa ser um “partido” no século XX, exceto Daniel Cohn-Bendit (2013), ainda que de modo superficial⁸⁶. O *Podemos* (Nez, 2015), por exemplo, foi fundado a partir da convergência de assembleias populares e é dirigido por militantes bastante jovens comparativamente aos partidos tradicionais da Espanha. Trata-se de uma experiência de renovação militante inegável, mesmo que ainda muito recente e insuficientemente confrontada com a realidade do poder para ser capaz de fornecer um modelo duradouro de superação do formato clássico de partido, tanto na oposição como no governo⁸⁷.

Na França, nenhuma força política renovou verdadeiramente esse modelo; a prática dos ecologistas, apesar do seu funcionamento, em princípio mais sociologicamente controlado, é bastante semelhante aos habituais jogos de poder partidários; e as propostas do Partido de Esquerda sobre a Sexta República permanecem num horizonte muito profissionalizado. Essa crítica das organizações políticas clássicas foi endossada na prática por Jean-Luc Mélenchon, visando a “deixar os partidos para trás”. A “França

86 Ver também revue *Esprit* “A quoi servent les partis politiques”, agosto de 2013 n. 8/9; *Le Monde* Faut-il en finir avec les partis politiques? 29/8/2014; “La France vit-elle une crise de régime?” *Le Monde* 19/9/2014; “La politique à bout de souffle”, *Le Monde*, outubro de 2014; “Interrogations politiques”, *Le Débat* 2015/2, *Savoir/Agir* 2015/2.

87 A organização sob a forma de consultas que praticam a democracia por consenso foi reformulada para não cair no “assembleísmo”: “Quanto a mim, a minha vocação é um dia poder ensinar e continuar as minhas atividades na televisão. Não somos políticos profissionais. Estamos apenas de passagem pela política”, declarou Pablo Iglesias ao *Le Nouvel Observateur*. Ver também BESCANS et al. (2015). A organização não escapou às disputas internas entre aqueles que querem perpetuar as suas posições e institucionalizar o partido no campo político e outros que reiteram que “é perigoso habituar-se a viver no Parlamento”, *Le Monde*, 30/12/2016.

Insubmissa”, fundada em 10 de fevereiro de 2016, grupo pelo qual Mélenchon “propôs” sua candidatura, se vê como um movimento destinado a “agir coletivamente, sem filiação a um partido político”, “novo movimento cidadão, baseado na implicação direta e numa nova cultura da ação política”. Esse movimento se ancora, sem que suas modalidades de funcionamento estejam claramente explícitas, sobre as formações políticas à esquerda da esquerda e sobre os “grupos de apoio”. O programa *L’avenir en commun* defendido pelo candidato “sem partido”, auto-cooptado, é o resultado de propostas que emanam de simpatizantes do movimento e das organizações ligadas a ele, de comissões de *experts* e de sínteses realizadas por um coletivo de especialistas (principalmente juristas econômicos e cientistas políticos, acompanhados de egressos da Escola nacional de administração e de agrônomos). O programa foi avalizado pelo voto potencial de 130.000 “insubmissos” afiliados, antes mesmo de sua ratificação por uma convenção em dezembro 2016, sua publicação e a escolha de Mélenchon como seu candidato.

Finalmente, segundo Jean-Luc Mélenchon, deveria caber àqueles que o apoiaram decidir se o movimento continuaria indefinidamente. Hoje, se trata de um experimento, inspirado no Podemos. Está mais personalizado, uma vez que seu dirigente é o único – o PCF foi contornado – a possuir um forte capital político, que ele acrescenta ao movimento. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma reflexão prática sobre o modelo partidário, com uma mistura de monopolização do discurso de cima para baixo e de busca de uma dinâmica de construção política coletiva e militante revigorada; e,

mais prosaicamente, de uma empresa de captação e reorganização do espaço político à esquerda.

O “coletivo cidadão” criado por e para Emmanuel Macron é uma empresa política ao mesmo tempo excêntrica e próxima dos partidos tradicionais⁸⁸. O vocabulário partidário é banido e os órgãos têm os nomes de uma associação ao abrigo da lei de 1901: AG, CA, *Bureau*. Esta “rede de associações” pretende atuar em grande medida por intermédio de meios digitais e introduz um léxico deliberadamente novo: embaixadores, referentes, *marcheurs*. A página *on-line* do movimento é pouco informativa. A aba “organização” mostra uma fotografia de 10 “delegados”, descritos da seguinte forma: “Estas pessoas têm origens bastante variadas (dirigentes de empresas, políticos eleitos, agentes do terceiro setor), mas todos têm a particularidade de serem cidadãos engajados”. Não há nada nessa aba que nos permita dar vida aos estatutos ou compreender as formas de cooptação, delegação e divisão do trabalho que se aplicam aqui, como em qualquer organização política. O que temos é uma estrutura agregadora ainda não estabilizada, entre o fervor militante e a espontaneidade dos primeiros tempos, a opacidade organizacional, a horizontalidade em um espírito de boa vontade numérica e a verticalidade assumida, uma vez que o lugar da filiação e da cooptação, nomeadamente na relação entre o centro de Paris e os seus “comitês territoriais”, está bem estabelecido. Um movimento que quer fazer política de forma diferente (“fazer política já não pode nem deve ser um emprego, mas um engajamento a longo prazo”) e conseguir uma aposta sem precedentes: ganhar eleições com uma

88 Cf. <https://www.en-marche.fr/wp-content/themes/jemarche/assets/pdf/charte.pdf> e <https://en-marche.fr/>.

organização em construção, utilizando uma estratégia eleitoral digital com uma comunicação midiática bastante convencional (visitas selecionadas, planejamento de mídia, incluindo a imprensa de celebridades, comícios). Essa empresa está, sem dúvida, muito mais próxima, em termos de funcionamento interno, de uma formação política clássica do que do Podemos espanhol, apesar da marcha como referência, uma vez que os fundadores do Podemos proclamaram: “Estávamos cansados de estar cansados. Por isso, partimos para a ação, para a marcha”⁸⁹.

Os ativistas só são sobrevalorizados quando um político conquista um partido e precisa deles para preparar a sua subida ao poder. Causam incômodo, portanto, movimentos recentemente lançados para que os “amadores” voltem a ter voz na gestão dos assuntos partidários. A grande questão é a *primarização da vida política*, que é apresentada como um desafio ao peso do aparelho partidário na escolha dos candidatos e que é denunciada por outros como sendo o fim do investimento militante nos partidos (Lefebvre, 2011).

3. As novas roupas do capital político?

Como Érik Neveu recordou com razão, não se deve abusar da “capitalite” (Neveu, 2003a, 2003b, 2013). Em um artigo estimulante, o autor regressou aos fundamentos da teoria dos campos, castigando a falsa inventividade de autores ansiosos por associar um troféu científico ao seu nome e alimentar a linha de produção em série com conceitos fracos, mas que podem, pelo seu brilho, garantir certa atenção. Neveu considerou necessário utilizar apenas os três capitais ca-

nônicos (econômico, cultural e social) mais o capital simbólico. Todos os capitais específicos de um campo são apenas a “combinação de um número limitado de variáveis de base do ‘capital’”. A noção de capital político não é, portanto, condenada, sobretudo porque foi utilizada, embora não verdadeiramente definida, pelo próprio Pierre Bourdieu. Essa definição é “essencial”, segundo Neveu, para compreender o funcionamento das atividades políticas, “e justifica sua especificação pelo fato deste capital [o político] – mesmo que tenha a singularidade de permitir interferir em outros campos através de nomeações ou de alterações das regras jurídicas – já não ser eficaz fora do seu campo”. Conforme Neveu, o capital político seria, portanto, uma combinação de capital econômico (financiamento de campanhas, remuneração de competências), social (redes, ligações personalizadas, clientela) e cultural (a arte da comunicação, a capacidade de transformar as expectativas sociais e as fontes emocionais em programas ou *slogans*). Também entra em jogo: “Um capital simbólico individual” (ser o homem do 18 de junho ou o salvador do franco, como o General de Gaulle) ou coletivo (reivindicar ser o partido dos 75.000 fuzilados, como fez o Partido Comunista Francês no pós-segunda guerra mundial). Mais precisamente, e de forma um pouco enumerativa, o capital político – ou seja, o capital ajustado, adaptado, que permite ser eficaz em um campo político situado e contextualizado, no tempo e no espaço – inclui um conjunto de atributos que decorrem de uma história de vida e que se combinam de forma diferente de acordo com as trajetórias sociais dos indivíduos, como afirmado há pouco.

89 Apresentação do livro Podemos no site da editora Indigène.

O termo “capital político” permite analisar os recursos que um ator reuniu, que ele possui individual e coletivamente (o que lhe é delegado pelo partido) e que são suscetíveis de serem (desigualmente) interpretados, avaliados e debatidos pelos seus receptores efetivos (companheiros de luta, meios de comunicação, agentes mobilizados, “simples eleitores” etc.). Podemos incluir um sobrenome, um corpo dotado de propriedades físicas e sociais, fonte de valorização ou desvalorização, um capital político autóctone (de nascimento e compromissos antigos já enraizados num território), a precocidade da entrada na política (trabalhada muito cedo pelos comunicadores), o apadrinhamento de um líder, a duração da filiação militante, no partido, ou nos seus órgãos para a juventude (Bargel, 2009; 2014), em organizações sindicais, profissionais ou estudantis, em associações ou ONGs. Podemos também considerar os sucessos ou insucessos recorrentes, a natureza e a quantidade de mandatos e cargos acumulados ao longo de uma carreira política, o grau de domínio de uma clientela ou de uma base de apoio pessoal fora do controle do partido – através de filiações partidárias ou de páginas na internet –, a duração da profissionalização, o tipo de trajetória seguida desde a entrada na política, a posição ocupada nas redes sociais relevantes – políticas, midiáticas, econômicas, culturais, sociais – ou seja, o capital social. E, claro, a capacidade de iniciar e implementar políticas públicas (cf. as figuras do prefeito empreendedor e do promotor territorial). Trata-se, portanto, dos atributos relevantes que permitem a um agente produzir efeitos relevantes, e pôr o seu capital para trabalhar (acumulação, reprodução, delegação, ou mesmo procura de

transferibilidade) em um espaço de referência que, seguindo Pierre Bourdieu, tem sido designado por “campo político”, na sua acepção, sem dúvida demasiado restrita, de 2000: “Em primeiro lugar, exprime o desacordo entre a reação antecipada do grande público e a explicação dos profissionais. E, em segundo lugar, o fato de certos acontecimentos só terem sentido no mundo dos profissionais, que chamo campo político” (Bourdieu, 2000).

A nossa investigação sobre a profissão política revelou muitas mudanças na composição deste capital político, cujas consequências talvez não tenhamos compreendido totalmente. Deste ponto de vista, o exemplo francês está parcialmente defasado em relação às práticas de muitos países, alguns dos quais têm uma experiência recente de democracia enquanto competição democrática.

Em primeiro lugar, a recente feminização da profissão política é hoje uma conquista irreversível, mesmo que essa mudança seja acompanhada de discriminações horizontais e verticais, tanto mais visíveis quanto são agora potencialmente estigmatizantes. A transformação do ofício da política através da sua feminização continua a ser objeto de debate, e o campo de possibilidades permanece aberto, mesmo nos países onde é praticada há mais tempo e com maior rigor do que na França.

A segunda transformação refere-se, particularmente na França, a uma profissionalização de segundo grau, uma vez que uma parte significativa dos quadros políticos provém atualmente de canais de recrutamento político precoce, profissionais que, como lamentava de maneira incisiva Michèle Delaunay⁹⁰, nunca tiveram qualquer

90 Michèle Delaunay, deputada e ex-ministra “O túnel ou como fazer carreira na política sem pôr os pés na vida real” Blogue 13/9/2014.

experiência profissional para além de uma aprendizagem precoce da política.

Patrick Lehingue calcula que 20% dos deputados atuais (quando é possível identificar com exatidão a ausência de carreira profissional anterior) são profissionais puros (“nunca exerceram qualquer atividade remunerada para além de auxiliar do trabalho político”, excluindo os *enarques*⁹¹ que entraram para o gabinete numa idade precoce sem terem passado pela alta função pública), contra cerca de 10% em 2007. Esse fato decorre sobretudo do aumento do número dos funcionários de políticos, principalmente os auxiliares dos eleitos, e das modalidades de recrutamento no círculo próximos dos eleitos pela primeira vez, para os quais o “fechamento do campo político em si mesmo é perfeito” (Lehingue, 2019; Offerlé, 2016). O governo Ayrault, de 2012, incluía 20% de profissionais políticos puros, *pure players*, se aceitarmos essa metáfora.

O levantamento realizado por Julien Boelaert, Sébastien Michon e Etienne Ollion (2017) sobre quase 1.800 deputados é mais preciso e longitudinal, utilizando dados diferentes e uma definição mais ampla (empregados de eleitos, membros de gabinetes, quadros permanentes dos partidos), que inclui os que podem também ter exercido outra atividade, não sendo, portanto, necessariamente atores que tenham vivido apenas da política. Em 1978, de acordo com os seus cálculos, 15% dos deputados tinham trabalhado para a equipe de um político, 24% em 1997 e 33% em 2016.

Mas, apesar dos discursos gerais e generosos sobre as virtudes da sociedade civil e até do ressurgimento da figura de Cincinnatus (“Vou inspirar-me em Cincinnatus, que

preferiu deixar o poder e regressar aos seus campos e arados”, disse Arnaud Montebourg, deputado de 1997 a 2012, ministro socialista de 2012 a 2014), raras são as mortes políticas voluntárias e a profissionalização precoce é mais comum, assegurando uma acumulação nativa de capital político. As redes sociais (no sentido dado por Lefebvre e Sawicki para o caso do Partido Socialista) tenderam a reduzir-se, fechando o campo político sobre si mesmo, apesar da retórica recorrente que apela à participação dos cidadãos. É claro que o exercício de um pequeno mandato local, a prática de fazer expediente, a presença nos mercados, as visitas ao “terreno” (no sentido de se fazer ver fora do gabinete ou de uma sala fechada), a escuta de pessoas que falam da “vida real do povo”, o fracasso eleitoral, podem, mas através de muitos filtros, permitir compreender as representações e as expectativas dos cidadãos comuns, junto com o arsenal de construção estatística – e de sondagens – da realidade. Muitos “pequenos” deputados vivem nas suas circunscrições eleitorais e trabalham em seus territórios, com a ajuda dos seus assistentes parlamentares (Fretel; Meimon, 2004).

Nas comparações mais ou menos heurísticas, são aludidos os anos 30 do século XX, os anos 80 do século XVIII ou, para os mais otimistas e os mais eruditos em história social, os anos 40 do século XIX, quando o que mais tarde foi conhecido como movimento operário se materializou numa multiplicidade de iniciativas erráticas, que seriam ecoadas por um movimento atual e discreto de iniciativas cidadãs por vezes apontadas como exemplos: trabalhar, partilhar, trocar, educar e aprender, produzir, consumir ou viver de forma diferente, mas

91 NT: Como são chamados os egressos da prestigiada École National d'Administration.

também como se mobilizar de forma diferente, dos Indignados aos Zadistas⁹² ou à *Nuit Debout*. Há uma série de iniciativas, alternativas, experiências e até ciências “cidadãs”, algumas muito divulgadas, outras muito localizadas, que por vezes tentam se juntar e formar um “movimento”⁹³.

A terceira novidade é a transformação do lugar e da densidade dos partidos na competição política. As primárias foram exportadas e, como salientamos seguindo Rémi Lefebvre, ainda não produziram todos os seus efeitos sobre a própria consistência dos partidos políticos⁹⁴.

Uma quarta característica, que é apenas a continuação de uma tendência antiga, é o fato da idade dos profissionais da política francesa ser muito diferente da idade do eleitorado total. Os parlamentos suecos, italianos... são muito mais diversificados.

Mudanças desta ordem ocorrem geralmente durante as derrotas eleitorais, permitindo que *outsiders*, geralmente mais jovens, ascendam a cargos de responsabilidade. O movimento que conduziu Emmanuel Macron ao poder e permitiu a muitos “novatos da política” (candidatos e eleitos, geralmente jovens, não tendo jamais ocupado cargo eletivo), em 2017, de ascender a mandatos parlamentares, é um exemplo (como aludi-

mos no Box 1 sobre as filas de espera).

Por outro lado, o que continua a diferenciar a França dos Estados Unidos (ou do Japão, ou da Coreia do Sul) é a tentativa de regulamentar o financiamento da política pelas empresas e a fraca penetração de profissionais da política provenientes das frações mais elevadas dos meios empresariais. Isto não quer dizer que não exista, na França, um problema quanto à ligação entre “dinheiro e política”, mas a legislação que regula o financiamento da vida política e a pouca apetência dos capitães de indústria para entrar na competição eleitoral restringem essas representações diretas. A família Dassault⁹⁵ representa o único caso em que um grande empresário teria ocupado uma cadeira no Parlamento, em contrapartida nenhum outro teria se interessado por tal atividade. Alguns grandes empresários já foram nomeados ministros, mas nunca um Dassault. Segundo o jornal *La Tribune* de 18 de agosto de 2016, e com base nos dados do HATVP, o governo Valls contava com 14 milionários (em euros) num total de 39 membros, entre os quais Jean-Michel Baylet (8,7), Le Guen (4,1) e André Vallini (2,8). Alguns *sites* e jornais estrangeiros vão à caça de milionários nos parlamentos ou nos governos. Em 23 de outubro de 2010, o *Daily Mail* apontava que

92 Os “zadistas” são militantes que instituíram “zonas de defesa” (ZAD, na sigla em francês) para protestar contra certas decisões do governo, sobretudo em relação ao meio ambiente. Trata-se de uma ocupação prolongada (e ilegal) de terrenos sobre os quais seriam construídas obras de infraestrutura (como aeroportos por exemplo) contestadas. *Nuit Débout* (NT: “noite em claro”) é um conjunto de ocupações diurnas e noturnas em praças públicas, durante mais de um mês, no curso das quais aconteceram debates sobretudo a respeito de uma lei controversa, mas muito mais do que isso. Essas ocupações ocorreram sobretudo em Paris, mas também em algumas cidades do interior.

93 Ver, por exemplo, a conferência de janeiro de 2017, *Les expérimentations démocratiques aujourd’hui*, organizada pelo grupo de interesse científico *Démocratie & Participation*, ou *Savoir/Agir*, 2017/38, *Des alternatives à géométrie variable*.

94 Atualmente, também existem primárias nos Estados Unidos, Itália, México e Argentina.

95 Os Dassault são uma família de industriais da aviação que produzem aviões de combate, atualmente os Rafale. Seus membros se revezam no Parlamento, de pai para filho, desde 1951. Seus métodos de campanha, bastante clientelista, já foram contestados na justiça. Um descendente da família foi derrotado nas urnas em 2024 por um adversário da extrema direita do Reagrupamento Nacional.

23 dos 29 membros do gabinete britânico de David Cameron eram milionários, enquanto a blogueira Sandra Glenn publicou, com uma fotografia de Westminster ao fundo, que 78% dos membros da Câmara do Parlamento britânico eram milionários, contra 0,7% da população em geral. Nos Estados Unidos, segundo o *Center for Responsive Politics*⁹⁶, a Câmara dos Representantes tinha, em 2011, 250 milionários (em dólares) entre seus 537 membros. Mas é, sem dúvida, na China, num tipo de competição completamente diferente, que o abismo é mais impressionante, uma vez que envolve bilionários. Segundo o *Financial Times* de 7 de março de 2013, o Congresso Nacional do Povo abriga 31 bilionários e a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês 52. Isso é uma consequência da abertura e da cooptação de empresários no seio do Partido Comunista, que é agora, em resultado da teoria da “Tripla Representatividade”, um partido de todo o povo, os trabalhadores, os intelectuais e inclusive os empresários.

Macri (Argentina), Berlusconi (Itália), Ravalomanana (Madagáscar), Thaksin Shinawatra (Tailândia), Pineira (Chile), Ricardo Martinelli e Juan Carlos Varela (Panamá), Pélaudeau (Quebeque) e Sipilä (Finlândia), para não falar dos que iniciaram a sua carreira nas finanças, como Gruevski (Macedónia), John Key (Nova Zelândia) ou Antonis Samaras (Grécia), fazem parte do que Max Weber descreveu como recrutamento pluto-

crático⁹⁷, típico da profissão política estadunidense (cf. Ihl, 1999) ou brasileira (Coradini, 2001; Rodrigues, 2002). A equipe presidencial do primeiro mandato de Trump, que inclui muitos multimilionários à sua volta (incluindo o próprio Trump), é uma expressão estilizada desse recrutamento plutocrático. De acordo com o *Washington Post* de 9 de dezembro de 2016, seis doadores de Trump que gastaram mais de 12 milhões de dólares em sua campanha foram nomeados para cargos importantes em seu governo. Como garantia de sucesso, ele disse que queria se rodear “de pessoas que fizeram fortuna”⁹⁸.

As campanhas eleitorais de Trump (2020 e 2024) amplificaram ainda mais o desconhecimento das despesas de campanha. Seria preciso fazer uma sociografia fina da equipe de Trump e do lugar dos super-bilionários, como Elon Musk, no seu círculo mais próximo. O gabinete de Trump é simultaneamente formado por tradicionais profissionais da política que alcançaram os pontos mais altos da política federal (assembleias dos estados, depois deputado ou senador federal ou governador) e por novatos escolhidos pela fidelidade a Trump, com frequência grandes doadores dotados de fortunas consideráveis (Bessent, Burgum, Lutnick, Wright, Mac Mahon). Trata-se não apenas de revirar as bases da democracia mais de “*run the state like a company*” (Mintzberg, 2017). Um caso para acompanhar.

96 Cf. <http://www.opensecrets.org/>.

97 A questão dos ditadores africanos ou asiáticos, como Ben Ali ou Aliiev, coloca um outro problema, pois não se trata de agentes economicamente dominantes que investem na política, mas de uma predação da economia por agentes com capital político.

98 Sobre os casos de figuras populares conhecidas que utilizam este tipo de capital para entrar na política: http://archiveslepost.huffingtonpost.fr/article/2011/04/13/2464758_those-sportsmen-who-have-launched-politics-attention-slippery-ground.html. O caso dos desportistas e cantores é diferente e pode ser ilustrado por Ronald Reagan, pelo Governador Schwarzenegger ou pelo político Jesse Ventura, um antigo campeão de luta livre, ou pelo pugilista filipino Emmanuel Dapidran Pacquiao ou pelo comediante guatemalteco Jimmy Morales

Os políticos são inevitavelmente “mediócras”?

Embora a denúncia normativa seja contrária aos cânones da sociologia da política, Érik Neveu propôs recentemente a questão: “Podemos fazer do ‘cretinismo’ político um objeto de ciência?” (Neveu, 2019). Depois de ter falado de “mediocridade” em uma intervenção em um colóquio de homenagem a Daniel Gaxie, em 2015, prefere, em um aceno a Marx, a expressão “cretinismo parlamentar”. Essa questão sobre a baixa qualificação dos políticos é frequentemente colocada na internet. Basta escrever “políticos e mediócras” para ver por si próprio. Por exemplo, o blog “Por que os nossos políticos são tão mediócras?” (Sylvestre, J-M, 2013).

No entanto, o argumento de J-M Sylvestre é mais sutil do que o dos comentaristas que emitem uma opinião em vez de uma análise. A pergunta inicial muda de sentido: “As competências e o saber-fazer que dão acesso às posições de poder garantem a capacidade de exercer o poder?” A assimetria do investimento, do interesse e do tempo despendido nas atividades de conquista e reconquista do poder e de eliminação dos concorrentes diretos no seu próprio meio partidário seriam bons indicadores, segundo o autor, que apontam para um estreitamento social, ideológico e cultural do pessoal político. O tempo político, sob o domínio e os constrangimentos do presentismo, reforça a ideia de uma profissão política orientada para a permanência via profissionalização, com uma margem de manobra limitada. Os agentes sociais, ainda que dotados de capitais, são “prisioneiros das rotinas e das questões do campo político”. Como resumiu numa entrevista um efêmero diretor de estudos na sede da RPR, que se tornou representante patronal e depois alto executivo de empresa: “o que os mantinha ocupados era passar um tempo excessivo a ajustar contas com o secretário da 3ª circunscrição de Haute-Garonne, que era o tipo de quem era preciso livrar-se antes que subisse demais” (entrevista a Michel Offerlé, 2010). Erik Neveu se baseia também no artigo de Daniel Gaxie, *Les structures politiques des institutions. L'exemple de la IV^e République*, *Politix*, 1992/20, para colocar a questão: “Como os dispositivos institucionais condicionam um espaço de iniciativas possíveis (ou não) e de questões pensáveis, como é que moldam e selecionam *habitus* e qualidades, desqualificando outros?”

E Érik Neveu conclui com uma reflexão sobre a funcionalidade desta “mediocridade”: “Ela pode ser o resultado do esvaziamento da política”. Uma política esvaziada do seu poder de ação atrai os “mediócras” e agentes sociais com competências adaptadas a esse estado de coisas.

A acusação, deliberadamente provocadora e normativamente assumida, sofre, sem dúvida, da sua generalidade, ao repetir a ladainha de uma categoria unificada: os homens políticos. Enquanto os estudos sociográficos e interseccionais destacam muitas diferenças de acordo com trajetórias e posições diferentes no campo político. Também sofre de uma falta de historicização, uma vez que a crítica à fraqueza do pessoal político numa democracia, embora tenha tomado rumos diferentes de acordo com a época, é consubstancial à competição democrática. Existem modalidades históricas contrastantes para a delegação do “trabalho sujo” da representação e o descrédito dos representantes; dos políticos do café de Tocqueville ao regime de partidos do General de Gaulle, passando pela variedade de estigmatizações listadas por Dominique Damamme (1999) ou Paul Bacot (1999)(ver também Buton *et al.*, 2016).

Na sequência desta acusação, podemos nos permitir, só desta vez, uma reflexão igualmente normativa. Como vimos, a profissão política é um ofício profissionalizado, mas denegado; é uma profissão que, ao contrário de todas as outras, não tem nenhuma regulamentação heterônoma, exceto que o poder é apenas temporário, é “tomado” e deve ser devolvido. Essa é a definição schumpeteriana ou przeworskiana de democracia, independentemente de qualquer consideração ética: a possibilidade de perder eleições. A melhor reforma que poderia acontecer, mas nosso livro (Offerlé, 1999) mostra os obstáculos a serem superados, não seria a desprofissionalização total da profissão política, mas sim a limitação do seu exercício, impondo um controle cidadão do seu exercício e criando um conselho sorteado, cujo único poder seria o de estabelecer as regras do jogo da profissão (acumulação, emolumentos, aposentadoria, prestação de contas...). Só podemos sonhar (Offerlé, 2014). Lionel Jospin tinha falado da criação de uma profissão política segundo o modelo da Europa do Norte. A manchete do *Le Monde*, de 4 de junho de 1997, dizia: “M. Jospin quer um governo moralmente inatacável. O Primeiro-Ministro exclui personalidades envolvidas em processos judiciais e recusa permitir o acúmulo de mandatos”.

Na Finlândia, um ministro pode morrer num VLT a caminho do seu gabinete e o Primeiro-Ministro pode ficar na fila enquanto espera para deixar seu casaco na chapelaria. Na Suécia, as prestações de contas dos ministros são públicas e podem ser consultadas. “Comprei dois Toblerones, fraldas e cigarros” com o meu cartão corporativo, como confessou Mona Sahlin, vice-ministra de Estado, numa conferência de imprensa em 1995, quando renunciou à presidência do Partido Social-Democrata.

Só podemos sonhar. Mas sabemos que, em muitos países, os verdadeiros profissionais nunca morrem, e as grandes reformas, ao estilo populista estadunidense dos anos 1890-1910, ao estilo autoritário turco dos anos 1980 ou ao estilo italiano dos anos 1990 (ver Jean-Louis Briquet, 1999), limitaram-se a deslocar o problema.

Referências

- ABBOTT, A. *The System of Professions*. Chicago: Chicago University Press, 1988.
- ABÉLÈS, M. *Un ethnologue à l'Assemblée*. Paris: Odile Jacob, 2000.
- ABÉLÈS, M. *Jours tranquilles en 89*. Paris: Odile Jacob, 1989.
- ACHIN, C. Un ‘métier d’hommes’? Les représentations du métier de député à l’épreuve de sa féminisation. *RFSP*, v. 55, n. 3, p. 477-499, 2005a.
- ACHIN, C. *Le mystère de la chambre basse: Comparaison des processus d’entrée des femmes au Parlement: France – Allemagne, 1945-2000*. Paris: Dalloz, 2005b.
- ACHIN, C.; BARGEL, L.; DULONG, D. FASSIN, E. *Sexes genre et politique*. Paris: Economica, 2007.
- ACHIN, C.; LÉVÈQUE, S. La parité sous contrôle. Égalité des sexes et clôture du champ politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 4, n. 204, p. 118-137, 2014.
- ACHIN, C.; LÉVÈQUE, S. *Femmes en politique*. Paris: La Découverte, 2006.
- ACHIN, C.; PAOLETTI, M. Le “salto” du stigmat. Genre et construction des listes aux municipales de 2001, *Politix*, v. 15, n. 60, p. 33-54, 2002.
- AGRIKOLIANSKY, E. *Du côté des classes*

supérieures, politisation et engagements des classes supérieures dans la France contemporaine. HDR Paris: Dauphine, 2013.

AGRIKOLIANSKY, E.; HEURTEAUX, J.; LE GRIGNOU, B. (dir.). *Paris en campagne*: Les élections municipales de 2008 dans deux arrondissements parisiens. Vulaines Sur Seine: Du Croquant, 2011.

ALDRIN, P. Si près, si loin du politique. L'univers professionnel des permanents socialistes à l'épreuve de la managérialisation, *Politix*, v. 3, n. 79, p. 25-51, 2007.

ALAM, T.; MARTINACHE, I.; NOLLET, J. Qui sont les collaborateurs de nos ministres? In: EYMERI-DOUZANS, J-M.; BIOY, X.; MOUTON, S. (dir.). *Le règne des entourages*. Paris: Presses de Sciences Po, 2015. p. 429-454.

ALTHUSSER, L. *Lire le Capital*. Paris: Maspero, 1965a, 2 vol. (em colaboração com Étienne Balibar, Roger Establet, Pierre Macherey e Jacques Rancière).

ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1965b.

ARAMBOUROU, C. *Les masculinités du métier politique*. Contribution à l'étude des logiques de production du genre en politique au temps de la parité. 2014. Université de Bordeaux, Bordeaux, 2014.

ARTISANAT... Institut National de la Statistique et des Études Économiques. Disponible em: <https://www.insee.fr/fr/metadata/definition/c1137>.

ASSEMBLÉE Nationale, n. 1173 et 1174, 26 jun. 2013. Disponible em: <https://www.assemblee-nationale.fr/14/rapports/r1173.asp>.

ASSOCIATION des Archivistes Français, *Les archives des hommes politiques français*

contemporains. Paris: Gallimard-Association des Archivistes Français, 2007.

AVANZA, M. Qui représentent les élus de la "diversité"? Croyances partisans et points de vue de "divers", *RFSP*, v. 4, n. 60, p. 745-767, 2010.

BACH, L. *Faut-il abolir le cumul des mandats?* Paris: Ed. ENS-Ulm, 2012.

BACHELOT, C. "Groupons-nous et demain...": Sociologie des groupes dirigeants du Parti socialiste français depuis 1993. 2008. IEP de Paris, 2008.

BACHELOT, C. *et al.* Enquêter dans les partis politiques. Perspectives comparées, *Revue internationale de politique comparée* (dossier), n. 4, 2010.

BACOT, P. En haut et du mauvais côté. Les professionnels de la politique au miroir des citoyens. In: OFFERLÉ, M. (Dir.). *La profession politique, XIXe – XXe siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 307-331.

BADIOU, A.; GAUCHET, M. *Que faire? Dialogue sur le communisme, le capitalisme et l'avenir de la démocratie*. Paris: Philo, 2014.

BAECQUE, A. *Godard, Biographie*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2010.

BAILEY, F. G. *Humbugerry and Manipulation: The Art of Leadership*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

BAILEY, F. G. *Les règles du jeu politique*. Paris: PUF, 1971.

BALINSKI, M. *Le suffrage universel inachevé*. Paris: Belin, 2004.

BARGEL, L. Apprendre un métier qui ne s'apprend pas: Carrières dans les organisations de jeunesse des partis, *Sociologie*, v. 2, n. 5, p. 171-187, 2014.

BARGEL, L. *Jeunes socialistes, jeunes UMP*.

Paris: Dalloz, 2009.

BARONE, S.; TROUPEL, A. (dir.). **Battre la campagne**: Élections et pouvoir municipal en milieu rural. Paris: L'Harmattan, 2010.

BAUJARD *et al.* "Vote por aprovação, vote por nota: Uma resposta ao comentário de Allisson e Brisset", *Revue Economique*, v. 3, p. 687-691, 2014.

BEAUVALLET, W. **Profession eurodéputé**. Les élus français au Parlement européen et l'institutionnalisation d'une nouvelle figure politique et électorale (1979-2004). 2007. Université Robert Schuman, IEP Strasbourg, 2007.

BEAUVALLET, W.; MICHON, S. Faire carrière au Parlement européen. Activation de dispositions et socialisation institutionnelle. In: GEORGAKAKIS, D. (ed.) **Le champ de l'eurocratie**: Une sociologie politique des personnels de l'UE. Paris: Economica, 2012. p. 13-42.

BEHR, V.; MICHON, S. Les cabinets sont-ils une pépinière de ministres? In: EYMERI-DOUZANS, J-M.; BIOY, X.; MOUTON, S. (dir.). **Le règne des entourages**. Paris: Presses de Sciences Po, 2015. p. 503-536.

BEHR, V.; MICHON, S. Les facteurs sociaux des carrières politiques des femmes ministres, *Genèses*, v. 3, n. 96, p. 132-156, 2014.

BEHR, V.; MICHON, S. The Representativeness of French Cabinet Members, a Smokescreen? *French Politics*, v. 4, n. 11, p. 332-355, 2013.

BELLANGER, E.; MISCHI, J. (dir.). **Les territoires du communisme**: Élus locaux, politiques publiques et sociabilités militantes. Paris: Armand Colin, 2013.

BERENI, L. **De la cause à la loi**. Les mobilisations pour la parité politique en France

(1992-2000). 2007. Université Paris I, 2007.

BERENI, L.; REVILLARD, A. Des quotas à la parité: "féminisme d'État" et représentation politique (1974-2007), *Genèses*, v. 2, n. 67, p. 5-23, 2007.

BESCANS, C. *et al.* **Podemos, sûr que nous pouvons!** Montpellier: Indigène, 2015.

BEST, H.; COTTA, M. (eds.) **Democratic representation in Europe**: Diversity, Change and Convergence in Parliamentary representations in Europe (1848-2000). Legislative recruitments and careers in eleven European countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BILAND, E. **La fonction publique territoriale**. Paris: La Découverte, 2012 (Collection Repères).

BIRNBAUM, P. **Les sommets de l'Etat**: essai sur l'élite du pouvoir en France. Paris: Seuil, 1977.

BLANES I VIDAL, J.; DRACA, M.; FONS-ROSEN, C. Revolving Door Lobbyists, *American Economic Review*, v. 102, n. 7, p. 3731-3748, 2012.

BLATRIX, C. La démocratie représentative en représentation, *Sociétés Contemporaines*, v. 2, n. 74, p. 96-119, 2009.

BLONDIAUX, L. **Le nouvel esprit de la démocratie**: Actualité de la démocratie participative. Paris: Le Seuil, 2008.

BOELAERT, J.; MICHON, S.; OLLION, E. Le temps long de la politique. *Pouvoirs*, v. 2, n. 161, p. 777-802, 2017.

BOGUE, A. G. *et al.* Members of the House of Representatives and the Processes of Modernization 1789-1960, *The Journal of American History*, v. 63, n. 2, p. 275-302, set./ 1976.

- BOLTANSKI, L. *Les cadres: La formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982.
- BOULLAND, P. *Des vies en rouge. Militants, cadres et dirigeants du PCF (1944-1981)*. Paris: Ed. de l'Atelier, 2016.
- BOULLAND, P. Sortir du rang? Rapports à l'usine des cadres ouvriers communistes, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 1, p. 54-71, 2013.
- BOURDIEU, P. Entretien avec Philippe Fritsch. In: BOURDIEU, P. *Propos sur le champ politique*. Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1989.
- BOURDIEU, P. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, p. 36-37, 1981.
- BOURDIEU, P. Le marché des biens symboliques, *L'Année sociologique*, v. 22, p. 49-126, 1971.
- BOUTALEB, A.; ROUSSEL, V. Introdução, "Malaise dans la représentation", *Sociétés contemporaines*, n. 74, p. 1-17, 2009.
- BOYD, A.; MITCHELL, O. (eds.). *Joyeux Bordel: Tactiques, principes et théories pour bien réussir la révolution*. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2015.
- BRACONNIER, C. Ce que le terrain peut faire à l'analyse des votes, *Politix*, v. 4, n. 100, p. 99-112, 2012.
- BRACONNIER, C.; DORMAGEN, J-Y. *La démocratie de l'abstention*, Paris: Folio/ Gallimard, 2007.
- BRIQUET, J-L. Les formulations savantes d'une catégorie politique. Le clientélisme et l'interprétation sociohistorique du "cas italien". *Genèses*, v. 1, n. 62, p. 49-68, 2006.
- BRIQUET, J-L. L'impératif du changement. Critique de la classe politique et renouvellement des parlementaires dans la crise italienne (1992-1994). In: OFFERLÉ, M. (dir.). *La profession politique, XIXe – XXe siècles* Paris: Belin, 1999. p. 201-229.
- BUTON, F.; LEHINGUE, P.; MARIOT, N.; ROZIER, S. (eds.), *L'ordinaire du politique*. Enquêtes sur les rapports profanes au politique. Villeneuve d'Ascq: Press Universitaire du Septentrion, 2016.
- CAIRNEY, P. The Professionalisation of MPs: Refining the Politics-Facilitating Explanation, *Parliamentary Affairs*, v. 60, n. 2, p. 212-233, 2007.
- CARDON, D. La participation en ligne, *Idées économiques et sociales*, n. 3, p. 33-42, 2013.
- CARDON, D.; GRANJON, F. *Les mediactivistes*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
- CHAPOULIE, J-M. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels, *Revue Française de Sociologie*, v. 14, n. 1, p. 86-114, 1973.
- CHAUVEL, L. L'âge de l'Assemblée (1946-2007). Soixante ans de renouvellement du corps législatif: bientôt, la troisième génération, *La vie des Idées*, 02/10/2007.
- COHEN, Y. *Le siècle des chefs*. Paris: Ed. Amsterdam, 2013.
- COHEN, A.; LACROIX, B.; RIUTORT, F. *Nouveau manuel de science politique*, [2009]. Paris: La Découverte, 2015.
- COHN-BENDIT, D. *Pour supprimer les partis politiques? Réflexions d'un apatride sans parti*. Montpellier: Indigène, 2013.
- COLLECTIF *Mauvaise Troupe: Constella-*

tions: Trajectoires révolutionnaires du jeune 21^e siècle. Paris: l'Éclat, 2014.

COLLOVALD, A. Jacques Chirac et le gaullisme: biographie d'un héritier à histoires. Paris: Belin, 1999.

COMITÉ INVISIBLE. A nos amis. Paris: La Fabrique, 2014.

COMITÉ INVISIBLE. L'insurrection qui vient. Paris: La Fabrique, 2007.

CORADINI, O. L. Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

COSTA, O.; BEHM, A-S. Les députés connaissent-ils l'entreprise? En temps réel. Cahier, n. 52, p. 1-80, 2013.

COSTA, O.; KERROUCHE, E. Qui sont les députés français? Enquête sur des élites inconnues. Paris: Sciences Po, 2007.

COURTY, G. (dir.) Le travail de collaboration avec les élus. Paris: Houdiard, 2005.

COWLEY, P. Arise, Novice Leader! The Continuing Rise of the Career Politician in Britain, Politics, v. 32, n. 11, p. 31-38, 2012.

CRIQUI, É. Les nouveaux députés élus en 2007. Nancy: Académie Stanislas, 2007.

CULPEPPER, P. Quiet Politics and Business Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DAKHLIA, J. La représentation politique à l'épreuve du peuple: élus, médias et peopolisation en France dans les années 2000, Le Temps des médias, n. 1, p. 66-81, 2008.

DAMMAME, D. Professionnel de la politique, un métier peu avouable. In: OFFERLÉ, M. (Dir.). La profession politique, XIX^e – XX^e siècles. Paris: Belin, p. 37-67, 1999.

DARRAS, E. La co-production des grands

hommes. Remarques sur la co-production du regard politique, Le Temps des médias, n. 1, p. 82-101, 2008.

DARRAS, E. Le pouvoir médiocratique? Les logiques du recrutement des invités politiques à la télévision, Politix, n. 31, p. 183-198, 1995.

DAUVIN, P. Être un professionnel de l'humanitaire ou comment composer avec le cadre imposé, Tiers Monde, v. 4, n. 180, p. 825-840, 2004.

DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. Le travail humanitaire: Les acteurs des ONG, du siège au terrain. Paris: Presses de Sciences Po, 2005.

DAVET; G.; LHOMME, F. Un président ne devrait pas dire ça. Paris: Stock, 2016.

DEBES, F. 2017, Le rendez-vous des start-up citoyennes, Les Échos, 23/11/2016. Disponible em: <https://www.lesechos.fr/2016/11/2017-le-rendez-vous-des-start-up-citoyennes-1113439>.

DEFFONTAINES, P. Leshommes et leurs travaux dans les pays de la Moyenne Garonne. Université de Bordeaux IV, Bordeaux, 1997.

D'ESTAING, V. G. Le pouvoir et la vie. Paris: Compagnie, Tome 1, n. 12, 1988.

DÉLOYE, Y. Se présenter pour représenter. Enquête sur les professions de foi électorales de 1848. In: OFFERLÉ, M. (dir.). La profession politique, XIX^e – XX^e siècles. Paris: Belin, p. 279-304, 1999.

DÉLOYE, Y.; IHL, O. L'acte de vote. Paris: Presses de Sciences-Po, 2008.

DELPIERRE, A. Quand la visibilité médiatique s'impose comme ressource politique. Master, n. 2 PDI, 2015.

DEMAZIÈRE, D.; GADÉA, C. (dir.) Socio-

logie des groupes professionnels: Acquis récents et nouveaux défis. Paris: La Découverte, 2009.

DEMAZIÈRE, D.; LE LIDEC, P. (dir.) *Les mondes du travail politique: Les élus et leurs entourages*. Rennes: PUR, 2014.

DEMAZIÈRE, D.; LE LIDEC, P. Introduction, La politique, un objet pour la sociologie du travail, *Sociologie du Travail*, v. 50, n. 2, p. 137-146, 2008.

DENIS, A. *Dans la fabrique des prescriptions de rôles gouvernantes: Etnographie des coulisses du gouvernement municipal de Monteuil-sous-Bois (2008-2014)*. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Université de Côte d'Azur, Nice, 2024.

DOMHOFF, W. *Who really rules: New Haven and Community Power Reexamined*. New Jersey: Transaction Books, 1978.

DOMPNIER, N. *La clef des urnes. La construction socio-historique de la déviance électorale en France depuis 1848*. Universidad de Grenoble, Grenoble, 2002.

DENORD, F.; LAGNEAU-YMONET, P.; THINE, S. Le champ du pouvoir en France, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 190, n. 5, p. 24-57, 2011.

DOGAN, M. Les professions propices à la carrière politique. Osmose, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. (dir.) *La profession politique, XIXe – XXe siècles*. Paris: Belin, 1999. p. 171-199.

DOSIÈRE, R. *L'Argent de l'État*. Paris: Le Seuil, 2012 (Collection Points).

DOWDING, K.; DUMONT, P. (eds.) *The Selection of Ministers in Europe: Hiring and Firing*. Londres: Routledge, 2009.

DREYFUS, F. La géométrie variable des rapports de force entre les conseillers de l'Ély-

sée, de Matignon et des ministres. In: EYMERI-DOUZANS, J-M.; BIOY, X.; MOUTON, S. (dir.). *Le règne des entourages*. Paris: Presses de Sciences Po, 2015. p. 619-636.

DREYFUS, F. *L'invention de la bureaucratie: Servir l'État en France, en Grande Bretagne et aux Etats-Unis*. Paris: La Découverte, 2000.

DULONG, D. Des actes d'institution d'un genre particulier. Les conditions de légitimation des femmes sur la scène électorale (1945 et 2001). In: LAGROYE, J. *La politisation*. Paris: Belin, 2003. p. 425-444.

DULONG, D. *Moderniser la République. Aux origines de la V^e République*, Paris: L'Harmattan, 1997.

DULONG, D.; GUIONNET, C.; NEVEU, E. (dir.) *Boys don't cry! Les coûts de la domination masculine*. Rennes: PUR, 2012.

DULONG, D.; LÉVÊQUE, S. Une ressource contingente, Les conditions de reconversion du genre en ressource politique, *Politix*, v. 15, n. 60, p. 81-111, 2002.

DULONG, D.; MATONTI, F. L'indépassable féminité. La mise en récit des femmes en campagne. In: LAGROYE, J.; LEHINGUE, P.; SAWICKI, F. *Mobilisations électorales: Le cas des élections municipales de 2001*, 2005. p. 281-303.

DUTOYA, V. Une demande faite au nom des femmes. Quotas et représentation politique des femmes en Inde et au Pakistan, *RFSP*, v. 66, n. 1, p. 49-70, 2016.

DUTREIL, R. Pourquoi je quitte la vie politique, *Le Monde*, 4/8/2008.

ETHUIN, N. *À l'école du parti: L'éducation et la formation des militants et des cadres au Parti communiste français (1970-2003)*. Université de Lille 2, 2003a.

- ETHUIN, N. De l'idéologisation de l'engagement communiste. Fragments d'une enquête sur les écoles du PCF (1970-1990). *Politix*, n. 63, p. 145-168, 2003b.
- EYMERI-DOUZANS, J-M. *et al.* (dir.) *Le règne des entourages*. Paris: Presses de Sciences Po, 2015.
- FAUCHER-KING, F. La "modernisation" du parti travailliste 1994-2007. Succès et difficultés de l'importation du modèle managérial dans un parti politique, *Politix*, v. 1, n. 81, p. 125-149, 2008.
- FAURE, A. *Le village et la politique: Essai sur les maires en action*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- FERRY, L. *Comment peut-on être ministre? Essai sur la gouvernabilité des démocraties*. Paris: Plon, 2005.
- FERTIKH, K.; BUÉ, N.; HAUCHECORNE, B. (dir.) *Introduction. Les programmes politiques: Usages, genèse, production*. Rennes: PUR, 2015.
- FONTAINE, J.; LE BART, C. (dir.). *Le métier d'élu local*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- FRANÇOIS, A.; NAVARRO, J. *Le cumul des mandats en France: causes et conséquences*. Bruxelles: Université de Bruxelles, 2013.
- FRANÇOIS, A.; PHÉLIPPEAU, E. *Le financement de la vie politique*. Paris: Armand Colin, 2015.
- FRETEL, J. *Militants catholiques en politique: La Nouvelle UDF*. 2004. Université Paris 1, 2004.
- FRETEL, J.; MEIMON, J. Les collaborateurs parlementaires. In: EYMERI-DOUZANS, J-M.; BIOY, X.; MOUTON, S. (dir.). *Le règne des entourages*. Paris: Presses de Sciences Po, 2015. p. 527-552.
- GAGNEZ du temps: Gagnez des marchés publics. *Explain*. Disponível em: <https://www.liegeymullerpons.fr/>.
- GARRAUD, P. *Profession: Homme politique. La carrière politique des maires urbains*. Paris: L'Harmattan, 1989.
- GAUCHET, M. L'affaire Bettencourt réactive le contentieux entre le peuple et les élites, *Le Monde*, entrevista, 18/7/2010.
- GAXIE, D. Immuables et changeants: les ministres de la Ve République, *Pouvoirs*, n. 36, p. 61-78, 1986.
- GAXIE, D. Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Ve République 1958-1981, *Revue Française de Sociologie*, v. 24, n. 3, p. 441-465, 1983.
- GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique, *RFSP*, n. 1, p. 5-45, 1980.
- GAXIE, D.; LEHINGUE, P. *Enjeux municipaux*. Paris: PUF, 1984.
- GENÉ, M. A l'interior de la política: Trayectorias, destrezas y formas de hacer la política en el ministerio del Interior (1983-2007). 2014. UBA-EHESS, 2014.
- GENIEYS, W. *Sociologie politique des élites*. Paris: Armand Colin, 2011.
- GEORGAKAKIS, D. (ed.) Une commission sous tension. In: GEORGAKAKIS, D. *Le champ de l'eurocratie: Une sociologie politique des personnels de l'UE*. Paris: Economica, 2012. p. 44-45.
- GOFFMAN, E. La "distance au rôle" en salle d'opération. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 143, n. 3, p. 80-87, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/arss.143.0080>
- GREGORY, M-A. *La cause départementaliste. Genèses et réinventions d'une contro-*

verse politique française, IEP Aix en Provence, 2014.

GRIFFITHS, C. Savoir gérer un parti. Organisation et professionnalisation du parti travailliste britannique des années 1920 aux années 1940, *Politix*, v. 81, n. 1, p. 61-80, 2008.

GRIFFITHS, P.; WOLHEIM, R. How can one person represent another? *Proceedings of the Aristotelian Society*, Suppl. 34, p. 182-208, 1960.

GRIS, C. *La maisonnée politique*. La contribution des conjointes d'élus à la carrière élective. 2016. l'Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2016.

GROSSMAN, E.; FRANÇOIS, A. Quem são os ministros da Quinta República? *French Politics*, n. 11, p. 272-283, 2013.

GUILLAUME; C. POCHIC, S. La fabrication organisationnelle des dirigeants. Un regard sur le plafond de verre, *Travail, Genre et Sociétés*, n. 17, p. 79-103, 2007.

HAEGEL, F. *Les Droites en fusion: Transformations de l'UMP*. Paris: Presses de Sciences Po, 2012.

HAIDER-MARKEL, D. P. *Out and running Gay and Lesbian candidates: Elections and Policy Representation*, Georgetown: Georgetown University Press, 2010.

HIGLEY, J. Elite Theory and Elites. In: LEICHT, K. T.; JENKINS, J. C. (eds.) *Handbook of Politics: State and Society in Global Perspective*. New York: Springer, 2010. p. 161-176.

HIGLEY, J.; BURTON, M. *Elites Foundations of Liberal Democracy*. London: Rowman and Littlefield, 2006.

HIRSCH, M. *Pour en finir avec les conflits d'intérêts*. Paris: Stock, 2010.

HUGHES, E. C. *Le regard sociologique – textos recolhidos e apresentados por Jean-Michel Chapoulie*. Aubervilliers-FR: l'EHESS, 1996.

HUGHES, E. C. Work and the self. In: ROHRER; J. H.; SHERIF, M. *Social psychology at the crossroads: The University of Oklahoma lectures in social psychology [1951]*. New York: Harper & Row, 1951, p. 313-323.

HUGHES, E. C. License and Mandate. In: HUGHES, E. C. *Men and Their Work*. Glencoe: Free Press, 1958. p. 78-87.

HUGHES, E. C. [1951] *The Sociological Eye, Selected Papers*, Transaction Books, 1987.

IHL, O. Deep pockets. Sur le recrutement ploutocratique du personnel politique aux États-Unis. In: OFFERLÉ, M. (dir.) *La profession politique, XIXe – XXe siècles*. Paris: Belin, 1999. p. 333-356

JAFFRELOT, C. *Religion, caste, and politics in India*. Londres: Hurst, 2011.

JÉRÔME, V. Les liaisons (in)fructueuses. Effets différenciés des conjugalités et des sexualités sur la professionnalisation politique des militants verts. *Politix*, v. 3, n. 107, p. 143-160, 2014.

JOANA, J. *Pratiques politiques des députés français au XIX^e siècle: Du dilettante au spécialiste*. Paris: L'Harmattan, 1999.

JOSHUA, F. *De la LCR au NPA (1966-2009): Sociologie politique des métamorphoses de l'engagement anticapitaliste*. 2011. IEP de Paris, 2011.

JUHEM, P. La production notabiliaire du militantisme au Parti Socialiste, *RFSP*, v. 56, n. 6, p. 909-941, 2006.

KACIAF, N. Les pages “politiques”: Histoire du journalisme dans la presse française

(1945-2006). Rennes: PUR, 2013.

KAHN, S. *Privilege: the making of an adolescent elite at St. Paul's School*. Princeton University Press, 2011.

KARILA-COHEN, P. Une histoire sans les chefs est-elle possible? Pour une histoire concrète des relations d'autorité. *Genèses*, Sciences sociales et histoire, n. 91, p. 118-136, 2013.

KARILA-COHEN, P. *L'État des esprits: L'invention de l'enquête politique en France (1814-1848)*. Rennes: PUR, 2008.

KESLASSY, E. Une Assemblée nationale plus représentative? Sexe, âge classe socioprofessionnelle et "pluralité visible". Paris: Les Notes de l'Institut Diderot, 2012.

KING, A. The Rise of the Career Politicians and its Consequences, *British Journal of Political Science*, BJPS, n. 2, p. 243-285, 1981.

KIRKPATRICK J. J. *Political Woman*. New York: Basic Books, 1974.

KOEBEL, M. *Le pouvoir local ou la démocratie improbable*. Vulaines Sur Seine: Du Croquant, 2006.

KOEBEL, M. Le profil social des maires de France, *Pouvoirs*, n. 148, p. 123-138, 2014.

LAGROYE, J. (dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.

LAGROYE, J. Être du métier, *Politix*, v. 7, n. 28, p. 5-15, 1994.

LAGROYE, J.; LEHINGUE, P.; SAWICKI, F. (dir.). *Mobilisations électorales: Le cas des élections municipales de mars 2001*. Paris: PUF/CURAPP, 2005.

LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (dir.). *Sociologie de l'institution*. Paris: Belin, 2011.

LASCOUMES, P. *Une démocratie corrompible*. Paris: Le Seuil, 2011.

LAURENS, S. *Les courtiers du capitalism: Milieux d'affaires et bureaucrates à Bruxelles*. Paris: Éditions Agone: 2015 (colleção L'Ordre des choses).

LAURENS, S. *Retour sur une case blanche: Eléments de morphologie des cabinets ministériels français dans la décennie 1970*. 2015. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-03944769v1>

LE BART, C. *L'ego-politique: Essai sur l'individualisation du champ politique*. Paris: Armand Colin, 2013.

LE BART, C. *Les maires: Sociologie d'un role*. 1. ed. Villeneuve d'Ascq: Septentrion, 2003.

LE BART, C. Le savoir-faire politique comme bricolagem. In: MAZET, P.; POIRMEUR, Y. *Le métier politique en représentations*. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 293-317.

LE BART, C.; LEFEBVRE, R. (eds.) *La proximité en politique: Usages, rhétoriques, pratiques*. Rennes: PUR, 2005.

LE GALL, L. L'élection au village dans la France du XIX^e siècle: Réflexions à partir du cas finistérien, *Revue d'Histoire du XIX^e siècle*, n. 43, p. 17-39, 2011.

LE GALL, L. *L'électeur en campagnes dans le Finistère: Une Seconde République de Bas-Bretons*. Paris: La Boutique de l'Histoire/Les Indes Savantes, 2009.

LE LIDEC, P. Travail politique. In: BÉVORT, A. et al. (dir.), *Dictionnaire du travail*. Paris: PUF, 2012.

LE LIDEC, P. La réforme des institutions locales. In: BORRAZ, O; GUIRAUDON, V. (eds.), *Politiques publiques 1: La France dans la gouvernance européenne*. Paris: Presses de Sciences Po, 2008a. p. 255-281.

LE LIDEC, P. Les députés, leurs assistants et

l'usage du crédit collaborateurs, *Sociologie du Travail*, n. 2, p. 147-168, 2008b.

LE LIDEC, P. *Les maires dans la République: l'association des maires de France, élément constitutif des régimes politiques français depuis 1907*. 2001. Université de Paris, 2001.

LE MAREC, Y. *Le temps des capacités. Les diplômés nantais à la conquête du pouvoir dans la ville*. Paris: Belin, 2000.

LE TALEC, J-Y. Sortir des placards de la République: visages de l'homosexualité dans le monde politique français, *L'Homme et la société*, v. 3, n. 189, p. 123-144, 2013.

LEFEBVRE, R. (dir.) *Les primaires ouvertes en France: Adoption, codification, mobilisation*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

LEFEBVRE, R. Le militantisme socialiste n'est plus ce qu'il n'a jamais été: Modèle de l'engagement distancié du militantisme au Parti socialiste, *Politix*, v. 2, n. 102, p. 7-33, 2013.

LEFEBVRE, R. *Les primaires socialistes: La fin du parti militant*. Paris: Seuil (Raisons d'agir), 2011.

LEFEBVRE, R.; ETHUIN, N. Réinventer les partis politiques. *Savoir/Agir*, v. 2, n. 32, p. 9-12, 2015.

LEFEBRE, R.; ROGER, A. (dir.) *Les partis politiques à l'épreuve des procédures délibératives*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

LEFEBVRE, S. ONG et Cie: Mobiliser les gens, mobiliser l'argent. Paris: PUF, 2011.

LEGAVRE, J-B, Des maires en représentation, *Revue Projet*, v. 1, n. 265, p. 43-51, 2001.

LEGAVRE, J. B. *Conseiller en communication politique: l'institutionnalisation d'un rôle*. 1993. Université Paris 1, 1993.

LEHINGUE, P. "Existe-t-il de nouvelles logiques du recrutement politique?". In: BARRAULT, L. *et al.* *La politique désenchantée? Perspectives sociologiques autour des travaux de Daniel Gaxie*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2019. p. 11-26.

LEHINGUE, P. Les budgets des partis et des campagnes électorales comme matériau sociologique: opportunités et limites de l'objectivation comptable. In: FRANÇOIS, A.; PHELIPPEAU, E. *Le financement de la vie politique française: Des règles aux pratiques (1998-2009)*. Paris: Weka, 2010. p. 17-33.

LEHINGUE, P. Les déterminants matériels de l'activité politique: Ce que nous disent les comptes publics des partis. In: WILLEMEZ, L.; GEAY, B. (dir.) *Pour une gauche de gauche*. Vulaines Sur Seine: Du Croquant, 2008. (Collection Savoir/Agir).

LEMAIRE, B. *Jours de pouvoir*. Paris: Gallimard, 2013.

LIÉGEY, G.; MULLER, A.; PONS, V. *Porte à porte. Reconquérir la démocratie sur le terrain*, Paris: Calmann-Lévy, 2013.

LOONIS, V. Les déterminants de la réélection des députés français de 1871 à 2002, *Histoire et Mesure*, v. 1, n. 21, p. 221-254, 2006.

MACH, A. *Groupes d'intérêt et pouvoir politique en Suisse*. Paris: PUR, 2015. (Collection Le Savoir Suisse).

MACH, A.; DAVI, T.; GINALSKI, S. *Les élites économiques suisses au XX^e siècle*. Neuchâtel: Alphil, 2016. (Collection Focus).

MANSBRIDGE, J. Clarifying the Concept of

Representation, *American Political Science Review*, n. 3, p. 621-630, 2011.

MANSBRIDGE, J. Should Blacks Represent Blacks and Women Women? A Contingent "Yes", *The Journal of Politics*, v. 3, n. 61, p. 628-657, 1999.

MARTY, T. *Une histoire sociale de la réforme électorale sous la III^e République*. Paris: Fondation Varenne, 2012.

MAZEAUD, A. (ed.) *Pratiques de la représentation politique*. Rennes: PUR, 2014.

MAZZOLENI, O. Critique et légitimation de la professionnalisation parlementaire en Suisse, *Politix*, v. 10, n. 3, p. 163-184, 2006.

MEDVETZ, T. *Think Tanks in America*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

MEINKE, S. R.; HASECKE, E. B. Terms Limits, Professionalization and Partisan Control in US States Legislatures, *The Journal of Politics*, v. 65, n. 3, p. 898-908, ago/2003.

MÉNY, Y. De la confusion des intérêts au conflit d'intérêts, *Pouvoirs*, v. 4, n. 147, p. 5-15, 2013.

MER, F.; COIGNARD, S. *Vous, les politiques*. Paris: Albin Michel, 2005.

MESGARZADEH, S. Les clubs de cadres et de dirigeants racialisés en région parisienne: Genèse et structuration d'un espace de regroupement et de mobilisation. Université de Lausanne-EHESS, 2017.

MILLS, C. W. *L'élite au pouvoir* [1956]. Marselha: Agone, 2012.

MINTZBERG, H. The U.S. Cannot Be Run Like a Business, *Harvard Business Review*, 31 march 2017.

MONIER, F. *La politique des plaintes: Clientélisme et demandes sociales dans le Vaucluse d'Edouard Daladier (1890-1940)*.

Paris: La Boutique de l'Histoire, 2007.

NEVEU, E. *Sociologie politique des problèmes publics*. Paris: Armand Colin, 2015.

NEVEU, E. Les sciences sociales doivent-elles accumuler les capitaux? À propos de Catherine Hakim, et de quelques marcottages intempestifs de la notion de capital, *RFSP*, v. 2, n. 63, p. 337-358, 2013.

NEVEU, E. Métier politique: d'une institutionnalisation à l'autre. In: LAGROYE, J. *La politization*. Paris: Belin, 2003a. p. 103-121.

NEVEU, E. Privatisation et informalisation de la vie politique. In: QUEIROZ, J-M.; BONNY, Y.; NEVEU, E. (eds.). *Norbert Elias et la théorie de la civilisation*, Rennes: PUR, 2003b. p. 185-207.

NEVEU, E.; GUIONNET, C. *Féminins/masculins: Sociologie du genre*. Paris: Armand Colin, 2009.

NEZ, H. *Podemos, de l'indignation aux élections*. Paris: Les Petits Matins, 2015.

NOLLET, J. La production des décisions dans les cabinets ministériels. In: DEMAZIÈRE, D.; LE LIDEC, P. *Les mondes du travail politique*. Les élus et leurs entourages. Rennes: PUR, 2014. p. 91-108.

NORRIS, P. (ed.) *Passages to Power, Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press 1997.

OFFERLÉ, M. *Ce qu'un patron peut faire: Une sociologie politique des patronats*. Paris: Gallimard, 2021.

OFFERLÉ, M. *La profession politique, XIX^e – XX^e siècles*. [1999]. Paris: Belin, 2017.

OFFERLÉ, M. Faut-il n'avoir jamais exercé de métier pour devenir président, *Le Monde*, 06/12/2016.

- OFFERLÉ, M. Les deux morts de Désiré Barodet. In: FERTIKH, K.; HAUCHECORNE, H.; BUÉ, N. (dir.) *Les formes de la croyance politique: Genèses et usages*. Rennes: PUR, 2015a. p. 231-244.
- OFFERLÉ, M. Représentations patronales, *Sociétés contemporaines*, v. 2, n. 98, p. 4-18, 2015b.
- OFFERLÉ, M. Les patrons des patrons: Histoire du Medef. Paris: Odile Jacob, 2013.
- OFFERLÉ, M. Les carrières politiques en France. In: VERPEAUS, M. (ed.) *Institutions et vie politique sous la V^e République*. Paris: La Documentation Française, 2012.
- OFFERLÉ, M. (dir.) *L'espace patronal français: Acteurs, organisations, territoires*. Paris: DARES Report, 2011.
- OFFERLÉ, M. Capacités politiques et politisations: faire voter et voter, XIXe-XXe siècles. *Genèses*, n. 68, p. 145-160, 2007.
- OFFERLÉ, M. La transparence du représenté. Les deux affaires Pierre Vaux 1852-1897, agosto-setembro de 1894. In: CHARLOT, P. *Utopies: entre droit et politique*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, 2005.
- OFFERLÉ, M. (dir.) *La profession politique, XIXe – XXe siècles*. Paris: Belin, 1999.
- OFFERLÉ, M. Les Schneider en politique. In: MATHIEU, C.; SCHNEIDER, D. (eds.). *Catálogo de la exposición Schneider en el Museo de Orsay*. Paris: Musée D'Orsay, 1995.
- OFFERLÉ, M. *Sociologie des groupes d'intérêts*. Paris: Ed. Montchrestien, 1994.
- OFFERLÉ, M. Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier. *Annales ESC*, 1984.
- OLLION, E. Les candidats: Novices et professionnels en politique. Paris: PUF, 2021.
- OLLION, E. BOELAERT, E. Les sciences sociales et la multiplication des données numériques, *Sociologie*, v. 3, n. 6, p. 295-310, 2015.
- OPEN Government Partnership, Partenariat pour un gouvernement ouvert. Etalab. Disponível em: <https://www.etalab.gouv.fr/ogp>.
- OTALORA, J. Les sénateurs de la IV^e et de la Ve République: vers une professionnalisation dans la vie politique locale. 1988. Université Paris 1, 1988.
- PAOLETTI, M. Les grillons du foyer municipal les femmes au foyer en politique, *Travail, genre et sociétés*, v. 1, n. 19, p. 111-130, 2008.
- PATARD, M. *La démocratie entre expertise et influence: Le cas des think tanks français*. Paris: Dalloz, 2014.
- PENNETIER, C. *Un monde défait: Les communistes français de 1956 à nos jours*. Vulaines Sur Seine: Du Croquant, 2012.
- PENNETIER, C; PUDAL, B. *Autobiographies, autocritiques, aveux dans le monde communiste*. Paris: Belin, 2002. (Collection "Socio-histoires").
- PETIFILS, A-S. L'institution partisane à l'épreuve du management. Le recours à une rhétorique et à des pratiques managériales dans le recrutement des 'nouveaux adhérents' à l'UMP, *Politix*, n. 79, p. 53-76, 2007.
- PHÉLIPPEAU, E. Le financement de la vie politique française par les entreprises 1970-2012, *L'Année Sociologique*, v. 63, n. 1, p. 189-223, 2013.
- PHÉLIPPEAU, E. Argent et politique: usages, frontières, régulations. PPS, n. 985, Paris: La Documentation Française, jun. 2011.
- PHÉLIPPEAU, E. *L'invention de l'homme*

- politique moderne. Paris: Belin, 2002. (Collection Socio-Histoires).
- PITKIN, H. F. [1967]. *The Concept of Representation*. Oakland: University of California Press, 1972.
- POMMIERS, E. *Les think tanks et l'élaboration de la politique économique: L'exemple du pacte de responsabilité (2012-2014)*. ENS-EHESS, Paris, 2015.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris: Maspero, 1968.
- PROXEN Studio..., *AI-Powered Semantic Analysis of Textual Data*. s/d. Disponível em: <https://www.proxem.com/>.
- PUDAL, B. *Prendre parti pour une sociologie historique du PCF*. Paris: Presses de la FNSP, 1989.
- RABIER, M. *Entrepreneuses de cause. Contribution à une sociologie des engagements des dirigeantes économiques en France*. EHESS, Paris, 2013.
- RIDDELL'S, P. *Honest Opportunism*. Londres: Hamish Hamilton, 1993.
- RIFFAULT, T. *Fabriquer de la politique. La production du discours politique lors d'une campagne électorale (2013-2014)*, *Réseaux*, p. 190-191, 2015.
- RIOUFOL, I. *L'essor du populisme défie la draUSAUoite honteuse*, *Le Figaro*, 2/7/2010.
- RIUTORT, P.; LEROUX, P. *Intégrer les politiques aux divertissements. Résistances, coopération et concessions de l'univers politique*, *Questions de communication*, v. 2, n. 24, p. 19-35, 2013.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos políticos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.
- ROSANVALLON, P. *Le bon gouvernement*. Paris: Le Seuil, 2015.
- ROSANVALLON, P. *La Société des égaux*. Paris: Le Seuil, 2011.
- ROSANVALLON, P. *La Légitimité démocratique: Imparcialidade, reflexividade, proximidade*. Paris: Le Seuil, 2008.
- ROSANVALLON, P. *La contre-démocratie: La politique à l'âge de la défiance*. Paris: Le Seuil, 2006.
- ROUBAN, L. *Sociologie politique des députés de la V^e République 1958-2007*, *Cahiers du Cevipof*, n. 55, p. 3-121, 2011.
- ROUSSELIER, N. *La force de gouverner: Le pouvoir exécutif en France, XIX-XXI siècles*. Paris: Gallimard, 2015. (Collection NRF Essais).
- RUSH, M. *The Role of the Member of Parliament since 1868: From Gentlemen to Players*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SALMON, C. *Storytelling: La machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte, 2008.
- SARFATTI, M. L. *The rise of professionalism: A Sociological Analysis*. Oakland: University of California Press, 1977.
- SAWARD, M. *Authorisation and Authenticity: Representation and the Unelected*, *Journal of Political Philosophy*, v. 17, n. 1, p.1-22, 2008.
- SAWARD, M. *The Representative Claim*, *Contemporary political theory*, v. 5, p. 369-398, 2006.
- SAWICKI, F. *Leadership politique: un concept à remettre sur le métier. Le leadership politique et les territoires*. In: SMITH, A.; SORBETS, C. *Leadership politique: Les ca-*

dres d'analyse en débat. Rennes: PUR, 2003. p. 73-92.

SAWICKI, F. Classer les hommes politiques, In: OFFERLÉ, M. (Dir). **La profession politique**, XIXe – XXe siècles. Paris, Belin, coll. Socio-histoires, p. 135 -170, 1999.

SAWICKI, F.; MATHIOT, P. Les membres des cabinets socialistes en France (1981-1993), *RFSP*, v. 49, n. 1, p. 3-30, 1999.

SERVIÈRE, S-F. 8 propositions pour plus de transparence de la vie publique. **Fondation IFRAP**. Disponível em: <https://www.ifrap.org/la-revue/8-propositions-pour-plus-de-transparence-de-la-vie-publique>

SIMONET, M. **Le travail bénévole**. Engagement citoyen ou travail gratuit? Paris: La Dispute, 2010.

SINEAU, M.; TIBERJ, V. Candidats et députés français en 2002, *RFSP*, v. 57, n. 2, p. 163-185, 2007.

SINTOMER, Y. **Petite histoire de l'expérimentation démocratique**: Tirage au sort et politique d'Athènes à nos jours. Paris: La Découverte, 2011.

SPEL, C. **Les sens du vote**: une enquête sociologique (France 2011-2014). Rennes: PUR, 2016.

STASSE, A. Les condamnations et mises en examen du Front National et de ses membres. 04 jun, 2012. **Le Grand Soir**. Disponível em: <http://www.legrandsoir.info/les-condamnations-et-mises-en-examen-du-front-national-et-de-ses-membres.html>

SYLVESTRE, J-M. **Pourquoi nos hommes politiques sont-ils si nuls?** 03/06/2013. Disponível em: <https://www.contrepoints.org/2013/06/30/129442-pourquoi-nos-hommes-politiques-sont-ils-si-nuls>.

TABBAGH, E. **L'Institut Montaigne**: Contribution à une sociologie des think tanks. ENS-EHESS, Paris, 2009.

THÉVIOT, A. Dépoussiérer les partis politiques français avec Internet? *Savoir/Agir*, v. 2, n. n. 32, p. 37-43, 2015.

THÉVIOT, A. **Mobiliser et militer sur internet**. Reconfigurations des organisations partisans et du militantisme au Parti Socialiste (PS) et à l'Union pour un Mouvement Populaire (UMP). Université Bordeaux IV, Bordeaux, 2014.

THOMAS, A. Towards the managerialization of trade unions? Recent trends in France and Germany, *European Journal of Industrial Relations*, v. 19, n. 1, 2013.

VIGNON, S. Des maires en campagne(s). Transformations des répertoires de mobilisation électorales et des registres de légitimité politique dans les mondes ruraux, *Politix*, n. 113, p. 17-42, 2016.

VIGNON, S. L'intercommunalité en campagne à la "campagne": la page déchirée de l'agenda électoral. Le cas de la communauté de communes de Haute-Picardie. In: LE SAOUT, R. (ed.), **L'intercommunalité en campagne**: Rhétoriques et usages de la thématique intercommunale dans les élections municipales de 2008. Rennes: PUR, 2010a. p. 189-224.

VIGNON, S. Les élus des petites ruraux communes face à la 'démocratie d'expertise' intercommunale. Les 'semi-professionnels' de la politique locale. In: BARONE, S.; TROUPEL, A. (dir.) **Battre la campagne**: Elections et pouvoir municipal en milieu rural. Paris: L'Harmattan, 2010b.

VIGNON, S. **Des maires en campagne**: les logiques de (re)construction d'un rôle politique spécifique. Universidade de Picardie

Jules Verne, Amiens, 2009.

VOILLIOT, C. **La candidature officielle: Une pratique d'État de la Restauration à la Troisième République**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

VOMMARO, G.; MORRESI, S.; BELLOTTI, A. **Mundo PRO: Anatomia de un partido fabricado para ganar**. Buenos Aires: Planeta, 2015.

WAGNER, A-C. Le jeu de la mobilité et de l'autochtonie au sein des classes supérieures, *Regards Sociologiques*, n. 40, p. 89-98, 2010.

WALKER, E. **Grassroots for Hire: Public Affairs Consultants in American Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

WILENSKY, H. L. The Professionalization of Everyone, *The American Journal of Sociology*, v. 70, n. 2, p. 137-158, set./1964.

WILLEMEZ, L. La "République des avocats". 1848: le mythe, le modèle et son endossement. In: OFFERLÉ, M. (dir.). **La profession politique: XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, 1999. p. 201-229.

ZAPPI, S. *Le Monde*, 7/3/2015.

Recebido em: 15/11/2024

Aprovado em: 10/01/2025